PECUÁRIA BOVINA DE CORTE

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 10 NÚMERO 11 NOVEMBRO DE 1986

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

CENTRAL
-1.XII.86
RIO DE JANEIRO-RJ

BRASIL CORREIO
20,00,50=
F.8407067

EAESP / FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

IMPRESSO

(10 EXEMPLARES)
FGV-EAESP
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 10.AND
01313 SAO PAULO SP

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro (Chefe do CEA/IBRE/FGV)

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer (preços no nível do produtor), Bruno Marcus Rangel Pessanha (supervisão de pesquisa e pecuária), Fernando Roberto de Freitas Almeida (editoração, arroz, feijão e uva), Fernando da Silva Santiago (café e amendoim), Francisco Antônio da Fonseca Menezes (cana-de-açúcar e álcool), Irene Raguenet Troccoli (milho, aves e suínos), Janet Fajardo Zaidhaft (cebola e mamona), Leila Tendrih de Freitas Almeida (oleaginosas e trigo), Maria José Cyhlar Monteiro (política agrícola e cacau), Martha Macedo de Lima Barata (cevada, centeio e sorgo).

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin (preços de terras, salários e serviços), Lúcio Junqueira Campos (preços recebidos), Mário Sachs Rabello (índices e relações de trocas) e Oraide Terezinha Novaes (preços de insumos).

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego (bibliotecária) e Maria Célia Ávila Bezerra.

Auxiliar de editoração: Luizete Adelaide da Pena de Souza.

Serviços de secretaria: Márcia Regina Gontijo de Souza (secretária), Lúcia Maria Santos de Paula, Rosa Cristina da Silva Leite e Vilma Tavares de Lima Oliveira.

Composição: Neli Martins Mascarenhas e Iolanda Aparecida da Silva.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Calvalcanti Ltda (PABX 224-7732 – 231-3213).

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Fone: 233-6040
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicita-se aos leitores que, na comunicação da mudança de endereço, remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

NOTA DA EDIÇÃO

EAESP / FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

O **Plano de Estabilização**, *adotado em fevereiro, veio ao encontro das expectativas da população brasileira quanto a* **mudanças** *e as trouxe. Discutem-se, agora, amplamente seus erros e acertos e, como o processo de reajustamento econômico não se completou – nem estará encerrado tão cedo – os debates prosseguirão.*

A instabilidade inflacionária que antes vigia estimulava a um **desperdício** *de recursos reais. O fim da* **indexação** *foi, então, saudado como o passo necessário a uma* **volta à realidade**. *O cálculo econômico simplificou-se e capitais antes aplicados com fins meramente especulativos foram convertidos aos setores produtivos. A par das conquistas do* **Plano**, *como o aumento da* **massa de salários**, *mediante a incorporação ao mercado de parte da força de trabalho desempregada durante os anteriores anos da recessão ganharam destaque. desde então, a escassez e, mesmo, o desaparecimento de gêneros diversos. Daí a instituição do* **ágio**, *que passou a ser cobrado àqueles que não querem – ou não podem – sujeitar-se a prolongada e incerta espera.*

O ponto mais crítico do abastecimento cabe à pecuária bovina, que, por seu importante papel na alimentação, causa rápidas e profundas repercussões.

No mês de julho, o **Agroanalysis** *registrou que "A estocagem (de carne bovina), sendo o único recurso adequado para evitar altas sazonais dos preços, mais uma vez não foi implementada corretamente. O atraso na formação de reservas, a hesitação entre comprar no país e importar, repetindo ponto-a-ponto o ocorrido em 1985, configuraram o mesmo quadro de incapacidade operacional, por parte do governo, de evitar conturbações no varejo, que comprometam a regularidade do abastecimento ou o congelamento de preços".*

Nesta edição volta-se a tratar da pecuária. Os desdobramentos da escassez **natural** *da entressafra foram muito longe, pois que se retiveram os rebanhos, verificando-se até a desapropriação do boi no pasto, embora sem maiores conseqüências para o abastecimento de carne.*

Há que se considerar que as **crises** *da pecuária são cíclicas, mas as providências para a sua atenuação, que deveriam ser permanentes, jamais foram adotadas. Contudo, apenas a atipicidade do período pós-***Plano de Estabilização** *pode explicar os acontecimentos ocorridos este ano.*

Também são encontradas neste número uma análise da situação da política oficial voltada para a agricultura, antes e depois do **Plano** *e uma matéria especial sobre o* **Índice de Preços Pagos e a Relação de Trocas na Agricultura**, *que discrimina seu método de coleta e cálculo e estampa os seus resultados, desde 1966.*

SUMÁRIO

PRODUTOS ANIMAIS
- Pecuária Bovina de Corte 2

ENSAIO ESPECIAL
- A Agricultura e o Plano de Estabilização 11

CADERNO ESPECIAL
- Preços Pagos pelos Agricultores e Relação de Trocas 15

PREÇOS DAS TERRAS E SALÁRIOS NO MEIO RURAL 38

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 40

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 41

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS
- Mercado Externo 42
- Mercado Interno 44
- Relativos 46

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 48

PECUÁRIA BOVINA DE CORTE

A atual crise do abastecimento de carnes é muito grave. Em razão da escassez **natural** *do boi gordo, de sua retenção no pasto e da falta de estoques reguladores, o consumo de carne bovina caiu fortemente, a partir de maio.*

O **Plano de Estabilização Econômica** incidiu fortemente sobre a pecuária bovina (carne e leite e, também, embora em menor grau, sobre a avicultura e a suinocultura). Em razão da acentuada escassez da carne bovina, verificada em todo o país, a crise do abastecimento estendeu-se aos diversos alimentos de origem animal.

Falta carne bovina porque, como acontece todos os anos, no período da entressafra, os abates se reduzem grandemente; porque a variação cíclica dos preços foi estancada artificialmente, em sua fase ascencional; por aumento da demanda insatisfeita; porque houve matança desproporcional de matrizes, no passado, comprometendo a atual capacidade produtiva do rebanho; por causas de ordem zootécnica; e por especulação.

A tudo isto somou-se a incapacidade de administração da escassez, com o governo federal fracassando na estocagem reguladora. No ano que vem, na mesma época, de novo será insuficiente a produção interna: quem viver, verá.

Sobressaiu, nestes meses de intensa conturbação (a partir de maio), a atividade pecuária estagnada ou até mesmo retrocedendo, em especial quando se considera a produção *per capita* de leite e de carne. Na verdade, dada a sua mútua vinculação, os produtos protеínicos de origem animal (carnes, peixe, leite e ovos) estão a merecer um programa comum, que considere a capacidade de substituição, mercadológica e de outras ordens, de cada um.

No que concerne à carne bovina, seu mercado apresenta acentuada demanda reprimida, nos últimos anos, apesar das potencialidades existentes (disponibilidade de terras, clima propício e tecnologia de baixo custo, dentre outras) para o desenvolvimento acentuado da pecuária.

Neste panorama, avulta a atuação governamental, cujas políticas intermitentes, ao invés de contemplarem a área produtiva, com vistas à expansão da oferta e à redução dos custos de produção, centram-se, de ordinário, primordialmente, nos consumidores urbanos e objetivam, quase sempre, evitar repercussões mais fortes sobre os índices de preços urbanos. Resulta daí uma constante e intensa oscilação dos preços dos produtos pecuários, observados anualmente na entressafra e nos ciclos plurianuais, com evidentes prejuízos para o criador e o consumidor.

A acumulação de efeitos, provocados pelas distorções estruturais e deficiências dos programas oficiais direcionados à produção, fizeram da crise atual do abastecimento da carne bovina a mais grave das últimas décadas. É possível que até mesmo a verificada durante a II Guerra Mundial, quando quase se liquidou o rebanho bovino brasileiro, em favor da alimentação das tropas, tenha sido menos dolorosa. Já não pode tardar a mudança do fulcro da política de abastecimento, do consumo para a produção, porque é evidente que o **gargalo** do problema está aí.

A atual crise eclodiu, apesar das inúmeras e tempestivas advertências de estudiosos e de entidades representativas dos segmentos envolvidos no abastecimento da carne bovina no país, da pecuária ao comércio varejista, abatedouros, frigoríficos e distribuidores.

Para melhor compreensão do quadro de escassez generalizada, que tem ensejado até a desapropriação de reses nos estabelecimentos privados, é oportuno realizar rápida análise retrospectiva do desempenho da pecuária de corte. Para facilitá-la, utiliza-se como elemento básico a evolução dos preços **reais** do boi gordo, no nível do produtor, cuja configuração gráfica se consagrou denominar **ciclo pecuário**(1). A variação temporal desses preços, refletindo o mercado em cada momento, repercute nos preços dos animais de reposição (bezerro e boi magro) e matrizes, e, por conseqüência, no comportamento do pecuarista em relação à lucratividade do negócio, num horizonte de três ou quatro anos. Assim, em fase de preços descendentes, constata-se empiricamente o recrudescimento do abate de matrizes, em função da expectativa pessimista do criador quanto ao preço do boi gordo no futuro. Como o aumento da matança

(1) Optou-se pelos preços praticados no estado de São Paulo por constituirem a mais longa série histórica disponível. O **CEA** armazena dados de todas as unidades da Federação, mas só a partir de 1966. Além disso, São Paulo é o mais importante estado brasileiro na produção animal bovina; não o é na criação, porém predomina largamente no abate. A cidade de São Paulo detém a maior quantidade consumida de carne bovina dentre as cidades brasileiras.

de matrizes significa maior oferta de carne, os preços tendem a baixar mais ainda, confirmando as previsões pessimistas do pecuarista e induzindo à remessa de mais matrizes, e até de bezerros, ao abate. Cada matriz ou bezerro abatido, constituindo uma redução na oferta futura do boi gordo, provocarão alta nos seus preços, de dois a três anos depois do início da fase descendente. O período de preços ascendentes do boi gordo desencadeará um processo de preservação de matrizes, retomando novamente o crescimento do rebanho.

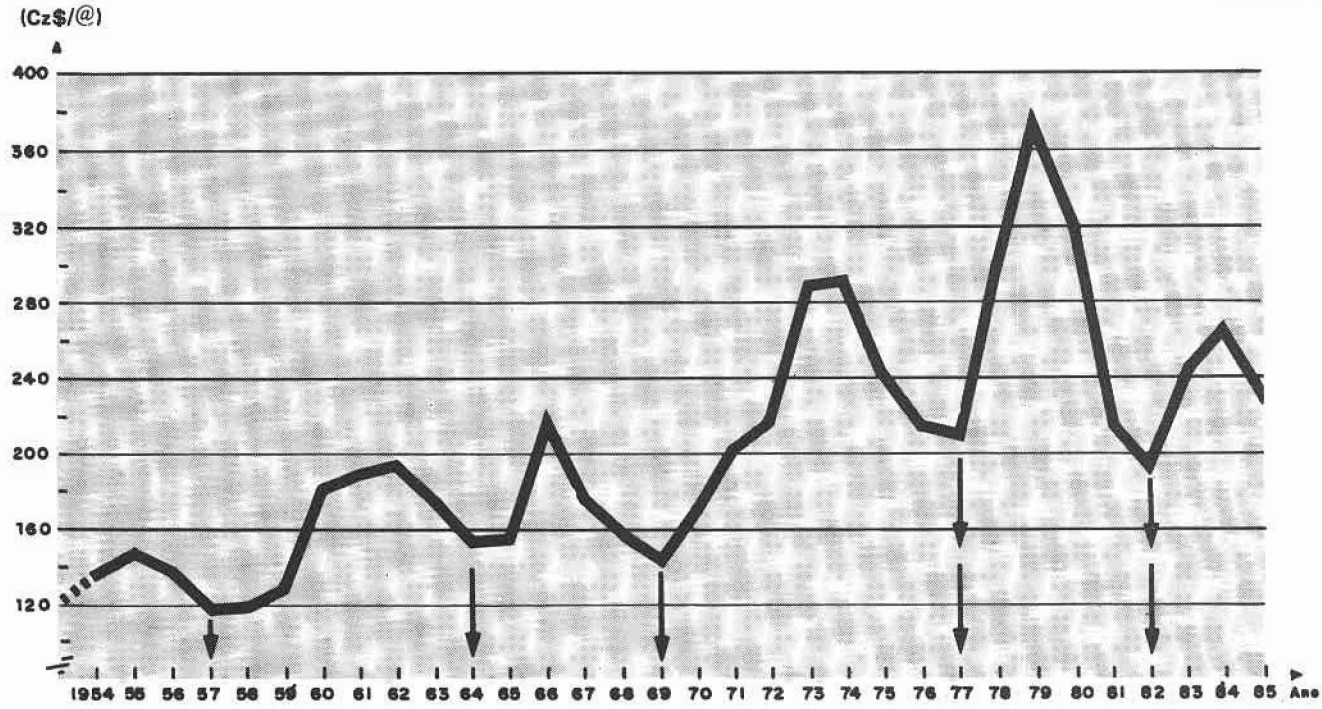
Os preços do boi gordo oscilam também sazonalmente, isto é, dentro do ano, em razão da queda do poder alimentar das pastagens, nos meses de inverno (entressafra), quando inexoravelmente diminui o metabolismo das **capineiras** em geral. Nesta fase, os animais perdem peso, acarretando redução temporária da sua oferta para abate, salvo se forem adequadamente alimentados em confinamento, mas neste caso, geralmente, os preços da alimentação dada aumentam de modo acentuado os custos, em comparação com os das pastagens, inviabilizando as vendas, não raro, aos preços praticados no mercado.

Os dados relativos ao mercado do boi gordo em São Paulo, desde 1954, indicam que seus preços trilharam um caminho ascendente, apesar da forte variação cíclica, de duração média de seis anos. Essa inferência deriva da constatação de que, ao longo desses 32 anos, os preços do **ano-pico** e do **ano-vale** de cada ciclo superaram, em geral, os do imediatamente anterior, evidenciando um processo altista, por assim dizer, histórico (ver Gráfico 01). Exceção à regra deu-se no ciclo mais recente, por influência da recesssão econômica de 1981-83, quando o preço médio do **ano-vale** (1982) foi inferior ao de 1977, ano em que se registrou o maior **consumo aparente** de carne bovina *per capita* (20,5 kg) no período, devido, principalmente, ao grande abate de matrizes (ver **Agroanalysis**, vol. 10, nº 1, janeiro de 1986). Nos anos subseqüentes (1983-84), porém, ainda refletindo os efeitos da recessão econômica, não se verificou a esperada recuperação **real** dos preços do boi gordo. Do ponto-de-vista dos pecuaristas, a alta de preços no biênio foi diminuta, ficando o preço médio de 1984 muito abaixo do de 1979 (ver Quadro 01).

Em 1985, não obstante a alta significativa observada no quadrimestre junho-setembro, o preço médio **real** do boi gordo foi inferior ao de 1984, em virtude da queda mais intensa registrada nos primeiros seis meses, a qual, aliás, vinha desde outubro de 1984 (ver **Agroanalysis**, vol. 10, nº 1, janeiro de 1986). Esses dados espelham a forte oscilação sazonal dos preços do boi gordo, que, ao que parece, tem sido, em uma longa fase de estagna-

PREÇOS REAIS[1] DO BOI GORDO NO ESTADO DE SÃO PAULO – 1954-85

GRÁFICO 01



FONTE – IEA-SP.

[1] Valores corrigidos pelo IGP-DI para março de 1986.

QUADRO 01 – PREÇOS REAIS[1] DO BEZERRO, BOI MAGRO E BOI GORDO NO ESTADO DE SÃO PAULO E PREÇOS DA CARNE BOVINA NO VAREJO NA CIDADE DE SÃO PAULO – 1969-85 (MÉDIAS ANUAIS) E 1986 (MÉDIAS MENSAIS)

ANO/MÊS	PREÇOS RECEBIDOS NO ESTADO DE SÃO PAULO						PREÇO NO VAREJO NA CIDADE DE SÃO PAULO	
	Bezerro (Cz$/cab)	Índice (Março/86 = 100)	Boi magro (Cz$/cab)	Índice (Março/86 = 100)	Boi gordo (Cz$/@)	Índice (Março/86 = 100)	Carne bovina (Cz$/kg)	Índice (Março/86 = 100)
1969	612	60	1.411	65	152,76	72	...	...
1970	746	73	1.744	80	179,75	84	...	...
1971	1.150	112	2.421	112	212,45	100	...	...
1972	1.323	129	2.582	119	229,68	108	25,40	100
1973	1.557	151	3.119	144	305,24	143	32,99	130
1974	1.554	151	3.455	159	308,47	145	31,54	124
1975	1.030	100	2.618	121	258,61	121	31,36	124
1976	775	75	2.035	94	227,10	107	26,92	106
1977	730	71	1.854	85	222,21	104	25,19	99
1978	1.281	125	2.729	126	291,59	137	32,73	129
1979	2.240	218	4.036	186	395,23	185	40,26	159
1980	2.104	205	3.614	167	340,72	160	36,86	145
1981	1.183	115	2.192	101	229,65	108	29,23	115
1982	828	81	1.772	82	206,74	94	27,60	109
1983	1.198	117	2.408	111	256,43	120	31,72	125
1984	1.578	153	2.910	134	279,70	131	30,48	120
1985	1124	109	2.255	104	244,18	115	27,96	110
1986 – Jan	1.065	104	2.412	111	257,09	121	30,21	119
Fev	945	92	2.072	96	212,30	99	25,79	102
Mar	1.028	100	2.169	100	213,13	100	25,36	100
Abr	1.228	119	2.404	111	215,35	101	25,22	99
Mai	1.434	139	2.702	125	219,59	103	24,97	98
Jun	1.636	159	2.914	134	213,18	100	25,16	99
Jul	1.775	173	3.120	144	256,39	120	25,03	99
Ago	1.943	189	3.358	155	277,58	130	24,60	97

FONTE – IEA-SP.
1 Valores corrigidos pelo IGP-DI para março de 1986.

ção, uma das formas encontradas pelos pecuaristas para melhorarem o faturamento médio anual.

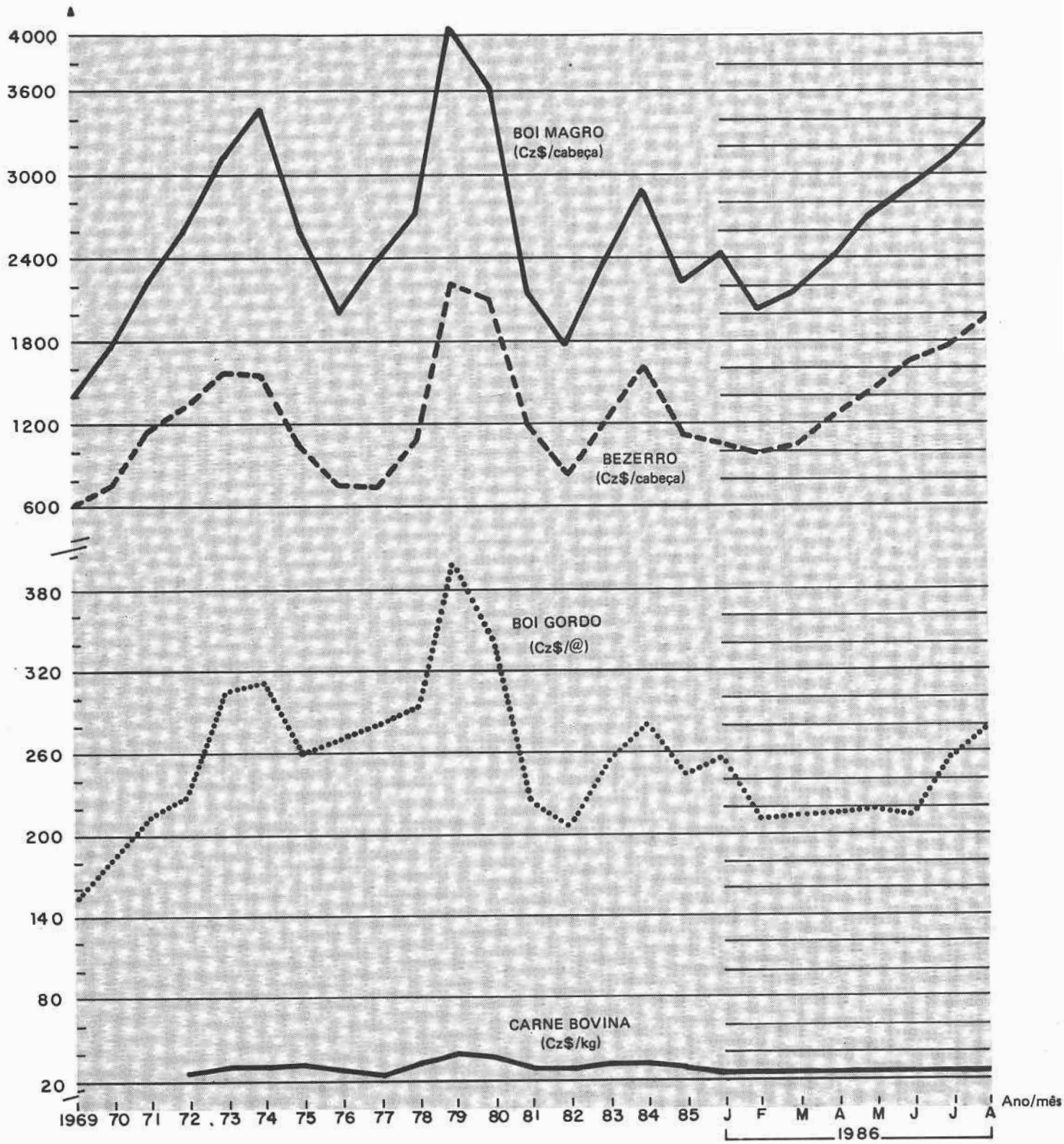
Por outro lado, a permanência, desde 1981, dos preços na faixa correspondente à metade inferior do último ciclo pecuário configura uma situação histórica anômala, além da provável repetição de ciclos mais curtos, de apenas cinco anos[2] (ver Gráfico 02). A explicação para essa interferência pode residir no fato de a continuidade da alta histórica da carne bovina estar condicionada ao desenvolvimento constante da economia. E mais: a estática que parece estar interferindo no ciclo pecuário pode ser considerada seqüela da recessão econômica. Isto porque a retomada do desenvolvimento econômico, já a partir de 1984, não veio acompanhada da majoração gradativa e firme dos preços do boi gordo. Provavelmente, essa não-correlação se explica pelo arrocho salarial da classe média, principal segmento consumidor da carne bovina, que foi implantado desde 1979, ano em que se registraram os preços mais altos do boi gordo e da carne bovina.

Cabe recordar que, apesar da escassez do produto e do fato de seus preços terem sido considerados excepcionalmente elevados pelos próprios pecuaristas, não se observaram, naquele ano, crises de vulto no abastecimento, porque o poder de compra da classe média ainda não tinha sido afetado. Como os efeitos corrosivos das leis salariais recentes reduziram fortemente a capacidade aquisitiva dessa classe, a sua volta ao mercado, nos mesmos níveis anteriores a 1979, vinha-se configurando de forma muito lenta no biênio 1984-85, até a sua liberação mais intensa no corrente ano, com o Plano de Estabilização. Ressalte-se, no entanto, que essa onda consumidora não se baseou exclusivamente em um avanço salarial que, de modo generalizado, ainda não se verificou em nível correspondente à sua corrosão anterior. Houve, porém, expansão da

(2) Considerando-se apenas o ângulo biológico, a duração média do ciclo pecuário deveria ser de sete anos, período correspondente ao nascimento de uma matriz e a engorda para abate de sua primeira cria. Fatores de ordem econômica e tecnológica e o maior acesso a informações influenciam também o ciclo, mais freqüentemente no sentido da redução da sua amplitude.

PREÇOS REAIS[1] DO BEZERRO, BOI MAGRO E BOI GORDO NO ESTADO DE SÃO PAULO E DA CARNE BOVINA NO VAREJO NA CIDADE DE SÃO PAULO – 1969-85 (MÉDIAS ANUAIS) E 1986 (MÉDIAS MENSAIS)

GRÁFICO 02



FONTE – IEA-SP.

[1] Valores corrigidos pelo IGP-DI para março de 1986.



massa de salários, com a melhoria do nível de emprego, ampliação da renda disponível (menor desconto do **Imposto de Renda** na fonte) e da utilização dos recursos em cadernetas de poupança, no embalo da esperança de uma moeda estável, acenado pelo governo federal. No caso específico da carne bovina, deve-se acrescentar que a melhoria relativa do poder de compra derivou também do tabelamento dos seus preços no varejo em níveis abaixo dos que já estavam sendo praticados em fevereiro.

Os efeitos da recessão econômica sobre a configuração **padrão** do ciclo pecuário podem ser observados, também, na proporção de matrizes sacrificadas, que foi elevada em **1982**, em razão dos preços baixos, e assim continuou no biênio **1983-84** (ver Quadro 02), mesmo quando os preços do boi gordo registraram alta, embora pequena. Essa discrepância vem, de certa forma, ratificar a insatisfação dos pecuaristas com a majoração dos preços na fase ascendente do **ciclo**, em níveis muito aquém de suas expectativas.

Repercussões do Plano de Estabilização Econômica

A aceleração do processo de retomada do desenvolvimento econômico, iniciada em **1984**, foi o principal reflexo da atual reforma da economia. O seu impacto vem incidindo com especial ênfase sobre a atividade criatória, à qual tem sido canalizado grande volume de recursos.

Há que se ressaltar a tendência dos preços e da oferta de animais para abate, prevalecentes na área de produção, quando do lançamento do **Plano de Estabilização**. O balanço do exercício de **1985** foi insatisfatório para os pecuaristas, devido à oscilação dos preços (em junho, o preço da arroba do boi representou **43%** do de setembro de **1984**) e à seca que atingiu as pastagens no inverno, cujas seqüelas poderiam afetar a safra e a entressafra subseqüentes. Além disso, como reflexo da matança desproporcional de matrizes desde **1982** (ver Quadro 02), era previsível queda na oferta de animais para abate, em **1986**. Pela mesma razão, pode-se prever que essa escassez não se circunscreverá ao corrente ano, mas se estenderá pelo menos até **1988**. Neste contexto, entre os pecuaristas, havia uma expectativa de retomada dos preços, interrompida em **1985**. O momento adequado para a deflagração desse processo seria, provavelmente, a entressafra, época em que tradicionalmente os preços sobem.

Situação conjuntural

Considerando-se aspectos mercadológicos dos produtos pecuários, o comportamento do mercado, neste ano, pode ser dividido em três fases distintas: 1) a de antes do **Plano de Estabilização Econômica** (janeiro-fevereiro); 2) a dos preços estabilizados no nível do **acordo de cavalheiros**, de março (ver **Agroanalysis**, vol. 10, nº 7, julho de **1986**), tendo como partes o governo, os pecuaristas e os frigoríficos (março-abril); e 3) após o rompimento do **acordo** (de maio em diante).

Na primeira fase, a evolução do mercado foi relativamente tranqüila, podendo ser vista como um prolongamento do último bimestre de **1985**. Apesar da seca que atingiu as pastagens das principais regiões produtoras

QUADRO 02 – BRASIL – ABATE ANUAL DE BOVINOS POR CATEGORIA DE ANIMAIS – 1976-85
(mil cabeças)

ANO	Nº TOTAL	ÍNDICE (1976 = 100)	ABATE DE BOIS			ABATE DE VACAS			ABATE DE VITELOS		
			Nº	% relação ao total	Índice (1976 = 100)	Nº	% relação ao total	Índice (1976 = 100)	Nº	% relação ao total	Índice (1976 = 100)
1976	10.715	100,0	6.998	65,3	100,0	3.583	33,4	100,0	135	1,3	100,0
1977	12.274	114,5	7.413	60,4	105,9	4.735	38,6	132,2	125	1,0	92,6
1978	11.427	106,6	7.724	67,6	110,4	3.593	31,4	100,3	111	1,0	82,2
1979	10.048	93,8	7.182	71,5	102,5	2.774	27,6	77,4	92	0,9	68,1
1980	9.573	89,3	7.215	75,4	103,1	2.273	23,7	63,4	85	0,9	63,0
1981	9.956	92,9	7.166	72,0	102,4	2.709	27,2	75,6	81	0,8	60,0
1982	11.659	108,8	7.547	64,7	107,8	4.018	34,5	112,1	93	0,8	68,9
1983	11.548	107,8	7.626	66,0	109,0	3.831	33,2	106,9	90	0,8	66,7
1984	10.214	95,3	6.495	63,6	92,8	3.681	36,0	102,7	39	0,4	28,9
1985	10.233	95,5	6.865	67,1	98,1	3.324	32,5	92,8	44	0,4	32,6

FONTE – Pesquisa Mensal de Abate de Animais – IBGE.

QUADRO 03 – BRASIL – PESO DAS CARCAÇAS DOS BOVINOS ABATIDOS, POR CATEGORIA DE ANIMAIS – 1985-86 (JANEIRO A AGOSTO)
(em t)

MÊS	BOVINOS EM GERAL			BOIS			VACAS			VITELOS		
	1985	1986	%	1985	1986	%	1985	1986	%	1985	1986	%
Janeiro	177.791	162.602	–8,5	123.739	110.832	–10,4	53.570	51.468	–3,9	482	302	–37,3
Fevereiro	165.887	175.972	6,1	116.204	117.415	1,0	49.289	58.323	18,3	394	234	–40,6
Março	191.412	206.396	7,8	137.219	146.893	7,1	53.932	59.305	10,0	261	198	–24,1
Abril	211.066	251.692	19,2	157.984	196.134	24,1	52.678	55.360	5,1	404	198	–51,0
Maio	239.336	229.544	–4,1	184.788	183.224	–0,8	54.203	46.096	–15,0	345	224	–35,1
Junho	211.467	190.991	–9,7	161.609	154.955	–4,1	49.507	35.767	–27,8	351	269	–23,4
Julho	206.531	125.981	–39,0	156.342	101.132	–35,3	49.810	24.601	–50,6	379	248	–34,6
Agosto	171.110	106.152	–38,0	127.739	86.104	–32,6	42.984	19.730	–54,1	387	318	–17,8
TOTAL Janeiro-agosto	1.574.600	1.449.330	–8,0	1.165.624	1.096.689	–5,9	405.973	350.650	–13,6	3.003	1.991	–33,7

FONTE – Pesquisa Mensal de Abate de Animais – DEC/SUICOM/DEOSE – IBGE.
Nota: Dados obtidos a partir da amostra formulada em janeiro de 1984.

do Sul do país, o retorno das chuvas apontava para uma rápida recuperação da capacidade de alimentar o rebanho, propiciando condições para que a oferta de animais pudesse atingir níveis semelhantes aos de 1985. Os preços reais do boi gordo e da carne bovina, que praticamente dobraram entre junho e outubro de 1985, trilharam, no começo do ano, uma fase de calmaria, ficando abaixo do ritmo inflacionário (ver Quadro 01).

Com o advento da **Nova República**, houve uma melhoria relativa do poder de compra da população, que, em seguida, viria beneficiar-se, também, de uma queda de preços da carne bovina. No período de abril a dezembro de 1985, esses preços foram 10,3% menores do que no ano anterior, tendência que persistiu até o lançamento do **Plano de Estabilização Econômica.**

Em março-abril, embora com a demanda aumentada pela melhoria da relação de compra **salário mínimo/carne bovina**, o mercado esteve calmo, tendo em vista o avanço, embora em nível um pouco menor, da produção (ver Quadro 03).

A partir de maio, iniciou-se uma fase de turbulência, com o rompimento do **acordo de cavalheiros**, devido, precipuamente, à alta dos preços dos animais de reposição (bezerro e boi magro) e, segundo os pecuaristas, à conseqüente inviabilidade da manutenção dos preços do boi gordo(3). Nesta fase, porém, o caráter agudo da atual crise do abastecimento deveu-se principalmente a dois fatores: escassez natural de boi gordo e sua retenção nos pastos, pelos pecuaristas. Quanto à retenção, é o exame dos dados mais recentes da **Pesquisa Mensal de Abate de Animais**, do **IBGE**, que permite essa inferência: em relação aos mesmos meses do ano passado, os abates de bovinos caíram 5%, em maio; 12%, em junho; e 39,8% (cerca de metade da matança de abril-maio/86), em junho-agosto. Em 1985, ano em que os reflexos do grande sacrifício de matrizes, de 1982, já se deviam fazer sentir, o abate geral de animais, em julho-agosto foi apenas 12,4% abaixo do de abril-maio (2.064.000 cabeças). Essa enorme discrepância do fluxo de animais para abate só pode ser cabalmente explicada pela retenção dos bois, em razão da diferença no movimento dos preços: no ano passado, foi francamente ascendente, a partir de junho e, este ano, com a intervenção do governo federal, os preços reprimidos condicionaram a decisão do pecuarista de retê-los nos pastos. Diante da escassez natural, a queda aceitável na oferta de bois gordos, em julho-agosto, seria, no máximo de 20%, sendo muito pouco provável que atingisse 34,1%, percentual registrado pelo **IBGE** (ver Quadro 04).

É oportuno destacar, porém, que a análise acurada do quadro de abates demonstra que a produção de carne bovina retraiu-se no período janeiro-agosto mais em função da menor matança de matrizes (–13,1%) do que de boi gordo (–8,6%), conforme demonstra o Quadro 04. Entre março e agosto, observou-se, também, uma nítida queda na proporção do abate de matrizes: de 39,5%, em janeiro-fevereiro, para 27,5% no período pós-**Plano de Estabilização Econômica.** Essa reversão na tendência de liquidação do rebanho, iniciada em 1982, reflete o aumento dos investimentos na atividade criatória. Se no curto prazo, a nova tendência significa menor oferta de carne, no longo, configura algo benéfico ao país, com o aumento de sua oferta, a partir de 1989.

Considerando que eram previsíveis uma menor oferta de carne bovina e,

(3) Os preços **médios** coletados pelo **CEA** não registram, contudo, em nenhuma unidade da Federação, que os **bois de reposição** tenham sido vendidos a preços superiores aos dos **bois gordos**, como se andou noticiando.

QUADRO 04 – BRASIL – ABATE MENSAL DE BOVINOS, POR CATEGORIA DE ANIMAIS – 1985-86 (JANEIRO A AGOSTO)
(mil cabeças)

MÊS	BOVINOS EM GERAL			BOIS			VACAS			VITELOS		
	1985	1986	%	1985	1986	%	1985	1986	%	1985	1986	%
Janeiro	865	815	–5,8	545	497	–8,8	314	315	0,3	6	3	–50,0
Fevereiro	796	865	8,7	504	514	2,0	287	348	21,3	5	3	–40,0
Março	904	963	6,5	588	619	5,3	313	342	9,3	3	2	–33,3
Abril	973	1.140	17,2	665	821	23,5	304	317	4,3	4	2	–50,0
Maio	1.091	1.039	–4,8	776	769	–0,9	311	267	–14,1	4	3	–25,0
Junho	980	867	–11,5	689	655	–4,9	287	209	–27,2	4	3	–25,0
Julho	975	584	–40,1	674	434	–35,6	297	147	–50,5	4	3	–25,0
Agosto	833	505	–39,4	568	384	–32,4	261	118	–54,8	4	3	–25,0
TOTAL Janeiro-agosto	7.417	6.778	–8,6	5.009	4.693	–6,3	2.374	2.063	–13,1	34	22	–35,3

FONTE – Pesquisa Mensal de Abate de Animais – DEC/SUICOM/DEOSE – IBGE.
Nota: Dados obtidos a partir da amostra formulada em janeiro de 1984.

QUADRO 05 – BRASIL – EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA – 1985-86 (JANEIRO A AGOSTO)

MÊS	QUANTIDADE (t)		VARIAÇÃO (%)	VALOR (US$ 1000 Fob)		VARIAÇÃO (%)	PREÇO MÉDIO (US$/t Fob)		VARIAÇÃO (%)
	1985	1986		1985	1986		1985	1986	
CARNE DE BOVINO CONGELADA, FRESCA OU REFRIGERADA									
Janeiro	8.758	1.050	–88,0	12.666	2.860	–77,4	1.446,22	2.723,81	88,3
Fevereiro	13.729	11.843	–13,7	33.021	23.382	–29,2	2.405,20	1.974,33	–17,9
Março	6.344	11.865	87,0	11.154	24.044	115,6	1.758,20	2.026,47	15,3
Abril	14.363	16.680	16,1	27.080	34.048	25,7	1.885,54	2.041,25	8,3
Maio	14.382	13.346	–7,2	27.243	27.595	1,3	1.894,24	2.067,66	9,2
Junho	10.594	8.664	–18,2	18.469	16.919	–8,4	1.743,35	1.952,79	12,0
Julho	14.560	11.323	–22,2	25.298	22.364	–11,6	1.737,50	1.975,10	13,7
Agosto	20.899	4.820	–76,9	36.753	9.161	–75,1	1.758,60	1.900,62	8,1
TOTAL	103.629	79.591	–23,2	191.684	160.373	–16,3	1.849,71	2.014,96	8,9
CARNE INDUSTRIALIZADA									
Janeiro	6.816	11.375	66,9	14.433	21.718	50,5	2.117,52	1.909,93	–9,8
Fevereiro	8.088	14.605	80,6	15.705	18.779	19,6	1.941,77	1.285,79	–33,8
Março	8.315	4.854	–41,6	19.036	20.234	6,3	2.289,36	4.168,52	82,1
Abril	10.662	10.825	1,5	21.535	21.440	–0,4	2.019,79	1.980,60	–1,9
Maio	12.868	16.015	24,5	26.992	32.088	18,9	2.097,61	2.003,62	–3,5
Junho	12.434	11.676	–6,1	24.064	23.293	–3,2	1.935,34	1.994,95	3,1
Julho	12.103	13.877	14,7	23.374	27.691	18,5	1.931,26	1.995,46	3,3
Agosto	9.828	5.648	–42,6	19.024	11.413	–4,0	1.935,69	2.020,72	4,4
TOTAL	81.114	88.875	5,7	164.163	176.656	7,6	2.023,86	1.987,69	–1,8

FONTE – Cacex.
Nota: Utilizando-se os coeficientes de conversão de 1,5 para a carne in natura e de 2,5 para carne industrializada, obtêm-se as seguintes quantidades para o período janeiro a agosto: 1985 – 358.228,5 t e 1986 – 341.574 t, correspondendo a uma queda de 4,6%.

com o **Plano de Estabilização**, aumento da demanda, causa espécie verificar que as exportações mantiveram-se firmes ao longo do ano, mesmo a partir de maio, quando a escassez do abastecimento começou a se agravar.

No primeiro bimestre, as exportações totais, medidas em equivalente-carcaça, alcançaram 84.289 t, ou seja, 18,7% a mais do que em 1985. No bimestre março-abril, as exportações somaram 82.016 t, isto é, menos 4,5%. De maio a agosto, a quantidade exportada (175.269 t) foi apenas 15,6% menor do que a do ano passado, demonstrando uma queda no ritmo do aumento das vendas para o exterior (ver Quadro 05).

QUADRO 06 – BRASIL – CONSUMO APARENTE[1] MENSAL DE CARNE BOVINA[2] 1985-86 (JANEIRO A AGOSTO) – (em t)

MÊS	CONSUMO APARENTE (t)[2] 1985	1986	Δ%
Janeiro	147.614,0	132.589,5	–10,2
Fevereiro	125.073,5	121.695,0	–2,7
Março	161.108,5	176.463,5	9,5
Abril	162.866,5	199.609,5	22,6
Maio	185.593,0	169.487,5	–8,7
Junho	164.491,0	148.805,0	–9,5
Julho	154.434,5	74.304,0	–51,9
Agosto	115.191,5	84.802,0	–26,4
TOTAL	1.216.372,5	1.107.756,0	–8,9

FONTE – IBGE, Cacex.
[1] Dados aproximados, sujeitos a retificações;
[2] em equivalente-carcaça.

A conjugação dos dados relativos à produção até agosto permite fazer um balanço preliminar do **consumo aparente** de carne bovina, que começou a cair a partir de maio, agravando-se visivelmente de julho em diante. Tanto a quantidade diminuta de carne adquirida internamente quanto as partidas importadas, que chegaram com enorme atraso, pouco contribuíram para suavizar a turbulência do mercado, na sua fase mais crítica.

Entre março e agosto, isto é, logo após o **Plano de Estabilização Econômica**, o **consumo aparente** de carne bovina só cresceu em março e abril, registrando um total de 373.793 t em equivalente-carcaça, que corresponde a um aumento de 14,7% em relação ao mesmo período de 1985 (ver **Agroanalysis**, vol. 10, nº 7, julho de 1986). A partir de maio, com a queda na oferta interna e a manutenção do ritmo de exportação, o **consumo aparente** apresentou-se sempre declinante. No bimestre maio-junho, os números indicam um consumo de 318.293 t de carne bovina, representando 9,1% a menos do que ano passado. Em julho-agosto, o **consumo aparente** se reduziu a apenas 169.106 t, ou seja, menos 37,5% do que em 1985 (ver Quadro 06).

Ao perceber que o **Plano de Estabilização Econômica** estava sendo posto em xeque pela escassez de dois produtos básicos – carne bovina e leite – ambos de grande peso no cálculo dos índices de preços, o governo federal tomou medidas para vencer a insuficiente oferta e as distorções dela derivadas (cobrança de ágio, dentre outras). Um subsídio dado ao produtor de leite, ao lado da reidratação do leite em pó que foi importado, conseguiu contornar temporariamente os problemas desse mercado (ver **Agroanalysis**, vol. 10, nº 7, julho de 1986).

No caso da carne bovina, das muitas medidas aventadas ou realmente implementadas para regularizar o abastecimento (importação, confisco do rebanho, punições aos pecuaristas, via **Imposto de Renda** ou bloqueio ao acesso a financiamento bancário), somente a importação em grande escala (190 mil t) teria reflexos reais no mercado, tanto no ângulo do abastecimento como no da produção, se as partidas compradas, se é que as foram, tivessem aqui aportado em tempo hábil (até maio). Houve anúncios freqüentes, aliás, de que seriam adquiridas 250 mil t[(4)].

Em virtude do atraso, porém, os seus efeitos para a regularização do abastecimento, na fase aguda da escassez (junho-setembro), foram nulos. Até fins de setembro, a quantidade desembarcada de carne bovina proveniente dos **EUA** e da **CEE**, de acordo com os jornais, foi inferior a 40 mil t. Contudo, as partidas restantes (acrescidas de mais de 100 mil t, a serem importadas da **CEE**), deverão afetar a atividade produtiva nacional, pois aqui chegarão na fase última da atual entressafra e no período da safra, que se inicia em novembro. A existência de animais erados, retidos nos pastos, deverá favorecer, também, a normalização do mercado, nos próximos meses.

Na falta de estoques, o preço do boi gordo prosseguiu em ascensão, sendo provável que seu pico se situe em setembro ou outubro, época em que, tradicionalmente, assim ocorre. Além do atraso, contribuiu para isso o vagaroso processo de distribuição da carne importada, coadjuvada pelo seu aspecto **mumificado**, que desagradou larga parte dos consumidores.

A manutenção do ritmo da demanda dos animais de reposição, por parte dos pecuaristas, por sua vez, deverá causar, no período de safra, transtornos de monta, com os preços altos do bezerro e do boi magro e os **preços congelados** da carne importada, no varejo.

Por outro lado, ressalte-se que a anunciada importação de 190 mil t (mais 100 mil t em processo de contra-

(4) Não se dispõe de estatística recente de importação de carne bovina com o grau de detalhamento desejável.

tação) de carne, significa, além da **queima** de divisas, uma contribuição para o **enxugamento** dos elevados estoques da **CEE** e dos **EUA**. É possível, que, no curto prazo, essas operações afetem as empresas exportadoras brasileiras, e que, no longo prazo, venham a favorecê-las, bem como a de outros países, que pretendam continuar a vender carne bovina no mercado internacional, pois as compras brasileiras de agora vêm de encontro às políticas de redução dos enormes estoques norte-americano e europeu.

As exportações brasileiras de carne *in natura* do trimestre junho-agosto, declinando **46,1%** em relação às de **1985**, provavelmente já espelham a influência da entrada brasileira no mercado (ver Quadro **05**).

Considerando-se que a entressafra está praticamente encerrada, é de se crer que se regularize o abastecimento, como conseqüência das naturais leis do mercado e sanados os danos das decisões intervencionistas. As pastagens recuperar-se-ão, com a volta do calor e das chuvas e, então, será ativado o fluxo de animais prontos para abate e que, somados aos bois gordos ainda não abatidos, proporcionarão condições para a estabilidade dos preços. Para reforçar a oferta, dever-se-á contar com mais algumas toneladas de carne importada, que constam como adquiridas, mas ainda não desembarcadas. Além disso, deverá haver maior produção de carnes substitutas, sendo que, devido à maior flexibilidade de sua estrutura produtiva, a oferta de frangos e, provavelmente, a de suínos, poderá influenciar o abastecimento por mais alguns meses, em decorrência dos maiores alojamentos de pintos e demanda de leitões, nos meses anteriores.

As mais recentes medidas governamentais (liberação de importação de carnes em geral e de peixes; proibição de exportação de carnes; diminuição da alíquota do **ICM** sobre o boi gordo e a carne bovina) poderão influenciar o mercado, de modo bastante diferenciado.

Do ponto de vista do pecuarista, a redução do **ICM**, de **12%** para **1%**, além de ser um pleito antigo da categoria, constituir-se-á em compensação financeira. À semelhança do que ocorreu com o leite, a diminuição do **ICM** configurará um subsídio, embora indireto, à rentabilidade da pecuária, realmente conturbada, após o **Plano de Estabilização**. Essa medida trará benefícios também ao consumidor, uma vez que diminuirá os riscos à saúde, com a redução da matança clandestina de animais.

A suspensão das exportações terá reflexos no mercado, dependendo da sua abrangência, isto é, se será ou não total e se atingirá ou não licenças concedidas e/ou contratos firmados.

No que concerne à liberação das importações de carnes em geral, até dezembro de **1987**, a intensidade com que a medida influenciará o mercado estará por certo condicionada às atitudes dos empresários, que, tendo em vista a entrada da safra, talvez não se interessem em efetivá-las, pelo menos, de imediato.

Neste panorama nada alentador, é de se desejar que a turbulência do mercado, verificada em maio-outubro deste ano, não se repita em **1987**, nem nos anos seguintes. A oferta geral de carne bovina será quantitativamente idêntica à do corrente ano (provavelmente um pouco maior, em função da carne importada, que chegará atrasada e da quantidade de animais terminados e agora retidos no campo). A **lição** de hoje é de que só a **disponibilidade física do produto** possibilita administrar bem um mercado. A formação de reservas de carne bovina, se aconselhável, deverá fazer-se no período de dezembro a maio, de preferência com aquisição no país, a preços de mercado.

As crises no abastecimento de carnes são antigas e se repetem monotonamente. Quem quiser revolver o passado, sem ir muito longe, releia os jornais, por exemplo, de **1973** e veja quanta semelhança guardaram os acontecimentos de **1986**. Contudo...

A forte oscilação dos preços dos produtos da pecuária bovina (bezerro, boi magro, boi gordo e carne bovina) é notória, em razão da rigidez da oferta e da pouca expansão da demanda, que é elástica e, outrossim, do processo inflacionário. A alta dos preços dos animais de reposição historicamente, precede ou é simultânea, à do boi gordo e da carne bovina. Para cada produto, a variação dos preços segue a mesma tendência ao longo dos **ciclos**, distinguindo-se apenas nas suas amplitudes, que decrescem à medida que se aproxima do consumidor final. Essas observações são comprovadas pela análise dos últimos **ciclos** (1969-77 e 1977-82), quando se verifica que os preços dos bezerros dos **anos-pico** (1973 e 1979) chegaram a superar em três vezes os **anos-vale** (1977 e 1982). A variação do boi magro foi mais do que o dobro; a do boi gordo, próxima do dobro e a da carne bovina, de apenas 1,6 (ver Quadro 01 e **Agroanalysis**, vol. 8, nº 1, janeiro de 1984).

No corrente ano, em virtude da forte intervenção governamental na economia, a alta dos preços dos animais de reposição vem-se dando de forma inusitada, provocando, num mesmo exercício, reações em cadeia, que normalmente, ocorreriam apenas em vários anos (ver Gráfico 01). Neste sentido, ganhou corpo a alegação básica dos pecuaristas, mais defendida pela categoria dos invernistas, a respeito do tabelamento unilateral do boi gordo, deixando que flutuassem livremente os preços dos animais de reposição (boi magro e bezerro).

A oscilação mais acentuada dos preços dos animais de reposição constitui, pois, mais um motivo para que, nos programas de desenvolvimento da pecuária, incluam-se medidas de estocagem estratégica (ver **Agroanalysis**, vol. 10, nº 1, janeiro de 1986) e de apoio financeiro, com finalidade anticíclica, em relação às matrizes, de modo a evitar quedas indesejáveis de preços dos produtos pecuários que induzam o criador a abatê-las de forma indiscriminada. Somente a preservação das matrizes proporcionará uma oferta crescente de crias, ponto de partida e condição essencial para a expansão do rebanho, a regularização da oferta de outras categorias e a conseqüente suavização das amplitudes das variações cíclicas de seus preços.

A AGRICULTURA E O PLANO DE ESTABILIZAÇÃO

Característica marcante da primeira metade da presente década é o fato de que os preços recebidos pelos agricultores, na época da safra, estiveram muito próximos dos preços mínimos. Nota-se , no Quadro 07, que, à exceção dos anos de 1981 e 1984, para o algodão, milho e soja, e de 1982 e 1983, apenas para a soja, em todos os demais anos, os preços recebidos giraram em torno de 10% acima ou abaixo dos preços mínimos. Esse resultado é, sem dúvida, excepcional, à luz da experiência histórica retratada nesse Quadro.

Ao lado disso, pode-se também verificar, com base no Quadro 08, que as aquisições do governo (AGF), dentro da **Política de Garantia de Preços Mínimos**, aumentaram significativamente. O que antes era um fato eventual, tornou-se quase rotina, atingindo níveis sem precedentes em 1985, quando mais de 50% da safra de algodão e cerca de 12% da safra de soja (que nunca antes tinha entrado em AGF) foram comprados pelo governo.

É evidente que esses fatos ocorreram ou porque os preços recebidos, por qualquer motivo, apresentaram-se em baixa, ou porque os preços mínimos elevaram-se, ou ainda por uma combinação dos dois movimentos. Conforme apontado na seção seguinte, tendeu a prevalecer, dentro do governo federal, a opinião de que os preços mínimos é que estavam muito elevados, explicando-se, assim, a redução levada a efeito em agosto de 1985 e a tentativa, já após o **Plano de Estabilização Econômica**, de se voltar atrás na correção *pro rata tempore* relativa a fevereiro de 1986.

Neste trabalho, argumenta-se que essa opinião peca por se basear numa observação apenas dos níveis de pico dos preços mínimos reais, esquecendo-se da rápida queda desses preços após 1º de fevereiro (até 1984) e após 1º de abril (em 1985), causada pela conjugação de alta inflação e paralisação da correção monetária dos preços-base. Mostra-se, também, como essa limita-

QUADRO 07 – RAZÃO ENTRE A MÉDIA DOS PREÇOS RECEBIDOS REAIS E A MÉDIA DOS PREÇOS MÍNIMOS REAIS PARA OS MESES DE SAFRA[1] – 1969-86

ANO	ALGODÃO	ARROZ IRRIGADO (Rio Grande do Sul)	ARROZ DE SEQUEIRO (Goiás)	MILHO (São Paulo)	SOJA (Rio Grande do Sul)
1969	1,15	n.d.	1,41	1,20	...
1970	1,09	n.d.	1,06	1,13	1,37
1971	1,36	n.d.	1,60	1,31	1,42
1972	1,16	n.d.	1,60	1,23	1,17
1973	1,28	n.d.	1,22	1,23	1,64
1974	1,69	n.d.	1,38	1,05	1,91
1975	0,95	1,18	1,64	1,12	1,19
1976	1,51	1,08	1,11	1,08	1,05
1977	1,27	0,82	0,99	0,97	1,74
1978	1,15	1,03	1,15	1,63	1,70
1979	1,21	1,15	1,36	1,47	1,88
1980	1,41	1,37	1,34	1,53	1,08
1981	1,28	1,02	0,97	1,30	1,35
1982	1,08	1,13	1,09	0,93	1,19
1983	1,11	1,03	1,13	1,09	1,32
1984	1,82	0,92	1,10	1,40	2,47
1985	0,84	0,88	0,92	0,90	0,97
1986	1,11	0,95	0,93	1,02	1,03

FONTE – CFP – (preços mínimos) e FGV (preços recebidos e deflator utilizado – IGP-DI).
[1] Considerou-se março a maio o período de safra para algodão, arroz e soja e abril a junho para milho.

ção a um período cada vez mais curto, em face da aceleração inflacionária, da relevância dos preços mínimos, levou os agricultores a descartarem a retenção autofinanciada da própria safra e a buscarem por todas as formas a obtenção imediata de liquidez — seja pela contratação de **AGF** ou **EGF**, seja pela venda ao mercado. É esclarecido, em outras palavras, de que maneira o corte temporal na sustentação de preços agrícolas foi responsável por uma ânsia de **liquidação** da safra, por parte dos agricultores, cada vez mais intensa nos anos oitenta. Esse fenômeno é atribuído também, nesta análise, à grande atratividade dos ativos financeiros (a assim chamada especulação financeira) e às maiores restrições do crédito rural. Estas últimas, em particular, tornaram o financiamento agrícola mais dependente do capital próprio, o que, por sua vez, passou a exigir uma administração financeira mais cautelosa por parte dos agricultores.

Na identificação dessa **angústia de liquidação**, procura-se analisar os fatos característicos da comercialização agrícola no período 1981/85: a colagem dos preços recebidos nos preços mínimos e a formidável pressão sobre o fluxo de caixa do **Tesouro Nacional**. Aponta-se que o que ocorreu, de fato, foi uma concentração dos desembolsos do governo federal, em um período cada vez menor, por pressão dos agricultores, uma vez que a liquidez oferecida pela **AGF** direta ou pelo **EGF** só interessava logo após a safra. Aumentou, assim, enormemente, o conflito entre a política de preços mínimos e a política macroeconômica de curto prazo. O pior é que toda essa pressão sobre o caixa do **Tesouro Nacional** foi muito pouco eficaz na sustentação dos preços agrícolas.

Argumenta-se também, neste trabalho, que esse quadro da comercialização agrícola deve ter-se alterado drasticamente com a decretação da reforma econômica em fevereiro último, devido à estabilização dos preços mínimos reais e às maiores possibilidades financeiras dos agricultores. Sugere-se, de fato, que há razões para acreditar num renascimento, já em 1986, da estocagem por conta própria dos agricultores como estratégia de comercialização.

Por último, o trabalho apresenta outras conclusões de interesse para a formulação da política de preços mínimos.

A comercialização agrícola na alta inflação: 1981/85

Antes de mais nada, é necessário reconhecer que as forças internas de oferta e demanda anuais claramente atuaram, na primeira metade desta década, no sentido de rebaixar os preços recebidos pelos agricultores. Com efeito, pelo lado da demanda, esse foi um período recessivo e, pelo da oferta, a produção agrícola foi muito estável (com a grande exceção de 1983, em que, entretanto, também se antecipava uma boa safra)(1). Além disso, os preços internacionais dos produtos agrícolas, à exceção de um breve *boom* iniciado no segundo semestre de 1983, estiveram bem abaixo dos níveis da década dos setenta.

Entretanto, é preciso considerar que neste trabalho se está tratando de preços na **época da safra**, ou seja, num ponto do tempo, e o que confronta a produção colhida é a demanda por estoques, e não a demanda final anual de consumo. Desta última, apenas uma parcela, em geral pequena, se explicita na época da safra. Por isso, os determinantes da demanda de estocagem devem ser focalizados. Na verdade, as forças de oferta e procura anuais só atuam através do mercado de estoques(2).

Passando, então, à análise desse mercado de estoques no período 1981/85, vê-se que há razões para acreditar que a tendência de queda de preços recebidos pelos agricultores, originada nas condições relativas de oferta e demanda internas e de preços internacionais, foi grandemente reforçada por um desequilíbrio no mercado de estoques, causado por uma redução da demanda de estoques por parte dos agricultores e do **mercado** (intermediários e industriais).

Para entender como isso se deu, é necessário, inicialmente, lembrar que o agricultor enfrenta quatro opções de comercialização, na colheita: 1) formar estoques de sua produção com recursos próprios; 2) formar estoques via **EGF** com ou sem opção de venda posterior ao governo federal; 3) vender ao mercado; ou finalmente, 4) vender ao governo federal (**AGF direta**). É claro que a última opção vai ocorrer somente se o preço de mercado não superar o preço mínimo. Por sua vez, também a estocagem através de **EGF** depende da diferença entre o preço de mercado e o preço mínimo, pois, sendo o valor do empréstimo definido pelo **preço de empréstimo** (no máximo igual ao preço mínimo), o agricultor perde aquela diferença (caso positiva) em cada unidade de produto que ele decide penhorar ao governo federal em vez de vender ao mercado. Por isso, a demanda por **EGF** é

(1) Análise das séries de produção de algodão, arroz, milho e soja (não apresentada aqui por razões de espaço) mostra que os níveis de produção no período 1981/85 foram bem satisfatórios quando comparados com as tendências exponenciais estimadas, alternativamente, para os períodos 1975/85 e 1969/85. Também no caso do feijão, a mera observação da série de produção mostra que o período 1981/85 foi de estabilidade de oferta, em níveis elevados segundo os padrões da década de setenta.

(2) "... os preços ao produtor não são formados pela oferta e demanda final e sim, pelo mercado de estoques. Nos três, quatro ou cinco meses de safra, são formados os preços agrícolas pela demanda de estoques, independentemente até certo ponto do volume da safra e do nível de demanda final anual". M.R. Lopes, **Intervenção Governamental nos Mercados Agrícolas no Brasil. Agroanalysis**, vol. 10 nº 6, junho, de 1986, pág. 20 .

QUADRO 08 – BRASIL – PRODUTOS SELECIONADOS – AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL (AGF) – 1969-85
(Em % da quantidade produzida)

ANO	ALGODÃO	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	SOJA
1969	–	–	0,2	–	–
1970	–	6,8	–	–	–
1971	–	–	0,3	–	–
1972	–	–	1,0	–	–
1973	0,1	–	–	–	–
1974	–	–	–	1,0	–
1975	10,8	–	1,7	0,6	–
1976	–	6,7	–	0,8	–
1977	–	13,3	0,3	7,8	–
1978	–	2,1	3,1	2,3	–
1979	–	1,4	0,5	0,4	–
1980	–	2,3	–	–	–
1981	2,4	9,7	0,8	0,3	–
1982	10,4	7,5	36,2	16,2	–
1983	4,3	6,5	10,2	7,4	–
1984	0,4	7,4	4,4	2,2	–
1985	51,2	18,2	23,7	13,6	12,1

FONTE – CFP (AGF) e IBGE (quantidade produzida).

função inversa da razão entre o preço de mercado e o preço mínimo; quando essa razão é igual ou inferior a 1, a estocagem via **EGF** passa a ser preferida em relação às demais opções de comercialização. Esta conclusão é tão mais verdadeira quanto mais o agricultor possa tomar o **EGF** com **opção de venda (EGF-COV)**, em que ele pode liquidar o empréstimo, no seu vencimento, mediante a entrega da mercadoria ao governo **(AGF Indireta)**, sem incorrer nos ônus de correção monetária e juros mais despesas de armazenagem(3).

Ao se decidir por uma qualquer das opções **2-4**, o agricultor obtém imediatamente (pode-se considerar o mês de abril) a liquidez necessária à reprodução do ciclo produtivo seguinte (a partir de setembro ou outubro). Na primeira opção (formar estoques com recursos próprios), entretanto, ele usa seu produto como reserva de valor, visando a sua liquidação na ocasião do novo plantio. Se essa liquidação gerar um prejuízo de monta, o agricultor pode-se ver em dificuldade para manter o seu nível de atividade, a menos que o crédito rural venha a socorrê-lo, fornecendo a liquidez necessária. Assim, ademais de ser muito condicionada pelas restrições da capacidade financeira, a decisão de formar estoques com recursos próprios tende a ser muito sensível à avaliação feita pelo agricultor quanto a essa ameaça à continuidade de sua produção.

Uma das hipóteses principais deste trabalho é que esse risco da estocagem por conta própria aumentou na década de oitenta, devido, por um lado, às maiores restrições (inclusive as auto-impostas) de crédito rural e, de outro, à maior possibilidade de prejuízo por variação negativa do preço do mercado. Num cenário macroeconômico em que aumentou, por efeito da taxa de juros elevada e/ou por ilusão monetária, a preferência por ativos financeiros para fins de reserva de valor **(especulação financeira)**, o resultado foi que essa estocagem tendeu a ser totalmente descartada pelo agricultor, como opção de comercialização.

A maior possibilidade de variação negativa de preço decorreu da cada vez mais rápida corrosão do valor real dos preços mínimos após 1º de fevereiro (até 1984) e 1º de abril (em 1985), fruto da aceleração inflacionária, acompanhada de constância do valor nominal desses preços mínimos. A perda de substância do preço mínimo implicava que a contratação de **EGF** ou de **AGF** direta só fazia sentido imediatamente após a colheita. Já por volta de agosto, o agricultor que tivesse retido sua mercadoria por conta própria perdia totalmente a proteção que esses instrumentos forneciam na época da safra, ficando, então, à mercê do mercado. Quanto à formação do preço de mercado, é interessante notar que o próprio subsídio ao **EGF-COV** contratado na safra contribuía para diminuir o piso desses preços, pois, para que o agricultor beneficiado com o **EGF** vendesse seu produto no mercado (em vez de entregá-lo ao governo federal em **AGF Indireta**), bastava que o preço obtido fosse ligeiramente superior ao preço de empréstimo mais despesas de juros e armazenagem. Assim, quanto maior fosse o subsídio do **EGF**, menor poderia ser o preço de desova dos estoques formados via **EGF**, o que certamente não contribuía para aumentar o piso do preço de mercado. É verdade que a introdução da correção monetária plena no **EGF**, em 1985, contribuiu para elevar o preço mínimo de oferta, na entressafra, dos estoques formados na safra com **EGF**. A presença, contudo, de outra fonte de oferta – os estoques governamentais, formados via **AGF direta** – podia perfeitamente (como, aliás, de fato ocorreu em 1985) impedir que esse preço mínimo de oferta dos estoques em **EGF** se tornasse o piso do preço de mercado.

É necessário notar, contudo, que esse alargamento da faixa possível de variação, para baixo, dos preços de mercado, conseqüente à corrosão do preço mínimo real, tendia a ocorrer somente no caso dos produtos domésticos, já que os preços de mercado dos

(3) Para uma análise do **EGF**, ver G.C. Rezende, **Estocagem e variação estacional de preços; uma análise política de crédito de comercialização agrícola. Pesquisa e Planejamento Econômico**, 14 (1): 95-136, abril de 1984.

produtos exportáveis, a menos de variações nos preços externos, acompanhavam a taxa de câmbio, indexada à inflação. Note-se, ainda, que essa hipótese parte da constatação de que a **AGF direta** e o **EGF** se pautam, na entressafra, pelo velho preço mínimo, até a entrada em operação do novo preço mínimo. Entretanto, não se deve esquecer que é esse preço mínimo futuro, descontado do custo físico e financeiro de estocagem, que passa a ditar o piso de preços de mercado a partir da definição do novo preço-base, em agosto(4).

Para que a hipótese acima seja válida, portanto, tem-se que admitir que esse preço mínimo futuro não exerça influência sobre o preço de mercado no período compreendido entre o fim de uma colheita e o início do plantio seguinte. Uma justificativa é que, em maio ou junho, o novo preço-base nem está definido ainda e, em setembro ou outubro, o desconto (custo de estocagem) sofrido pelo preço mínimo futuro é muito grande.

Segundo a hipótese, portanto, a aceleração inflacionária, a não-indexação dos preços mínimos após o início da safra, e o maior racionamento de crédito rural conjugaram-se para levar os agricultores a descartarem por conta própria e a preferirem comercializar sua colheita pela via das demais opções: estocagem com base no **EGF**, venda ao governo federal (**AGF direta**) ou ao mercado. Mais do que isso, entretanto, essa conjugação de fatores levou a uma uma verdadeira ânsia, por parte dos agricultores, de liquidarem, o mais rapidamente possível, sua colheita. Isso implicava: 1) não estocar produto por conta própria; 2) colocação do produto em EGF (assim mesmo somente com opção de venda, pela proteção contra o risco), bem como em **AGF direta**, somente logo após a colheita, já que os respectivos montantes reduziam-se a pó rapidamente; e, se fosse o caso, 3) venda imediata ao mercado. Na realidade, somente na base dessa estratégia de comercialização/administração financeira, podiam os agricultores reembolsar os empréstimos bancários (estes sim, crescentemente indexados) e adquirir ativos financeiros indexados e de fácil liquidez – passaporte seguro para a viagem ao ano agrícola seguinte.

O Quadro 09 mostra que, de fato, aumentaram os financiamentos governamentais para estocagem pelos agricultores (**EGF**) até 1983 apenas para despencarem em 1984 e 1985. Análise adicional dessas informações deverá confirmar a expectativa, formulada acima, de que a contratação desses financiamentos tendeu a se concentrar **na boca da safra**, ou seja, logo após a colheita, uma vez que eles deixavam de interessar aos agricultores após esse período. Ora, mas isso implicava uma óbvia pressão sobre o fluxo de caixa governamental, levando à emissão monetária e/ou de títulos incompatíveis com as metas de política monetária. A reação provável do governo federal, de limitar esses financiamentos, no período de interesse dos agricultores, deixou a estes uma única opção: a venda direta ao governo (**AGF direta**). Explicar-se-iam, assim, as grandes aquisições ocorridas em 1985 (retratadas no Quadro 08), ano que é o objeto, por excelência, desta análise.

Análise empírica adicional deverá mostrar que também essas aquisições se comprimiram na **boca da safra**, mas a obrigatoriedade legal e (mais em 1985) os compromissos políticos impediram a imposição de restrições de recursos para a conta **AGF**. Além do mais, a **AGF direta** costuma ser preferida pelo governo, em relação ao **EGF**, por dois motivos: os estoques formados podem ser rapidamente desovados para **fazer caixa**, e transmitem uma sensação de potência, *vis-à-vis* o abastecimento e o combate à inflação.

É muito comum a crença de que o governo federal, ao adquirir parcela expressiva de uma safra via **AGF direta, está sustentando** os preços agrícolas. Admite-se, em suma, que essa intervenção está impedindo um nível menor de preços recebidos. Daí para a idéia, sendo criticada neste trabalho, de que os preços mínimos estejam altos – e seu corolário, um corte nesses preços, como ocorreu em 1985 – é um passo. Entretanto, para que a

QUADRO 09 – BRASIL – PRODUTOS SELECIONADOS – ESTOQUE COM FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL (EGF) – 1969-85
(Em % da quantidade produzida)

ANO	ALGODÃO	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	SOJA
1969	10,8	8,9	0,2	1,1	11,0
1970	9,1	8,5	0,5	2,6	11,5
1971	7,7	6,4	0,7	1,2	19,3
1972	14,1	8,3	1,2	1,9	19,7
1973	9,8	10,1	0,2	2,8	...
1974	21,8	8,9	1,3	4,8	18,9
1975	56,5	11,7	3,3	5,4	33,2
1976	45,9	20,8	0,5	7,2	32,1
1977	47,9	15,5	2,1	8,3	32,9
1978	56,1	12,1	7,4	4,3	33,8
1979	71,5	12,2	6,4	7,2	33,2
1980	83,1	17,3	1,6	7,8	41,2
1981	72,3	20,3	5,5	18,1	44,9
1982	72,4	20,9	10,6	14,5	59,9
1983	81,2	28,1	4,5	12,3	50,0
1984	46,3	11,5	3,5	8,5	22,9
1985	21,9	20,6	5,3	7,6	17,9

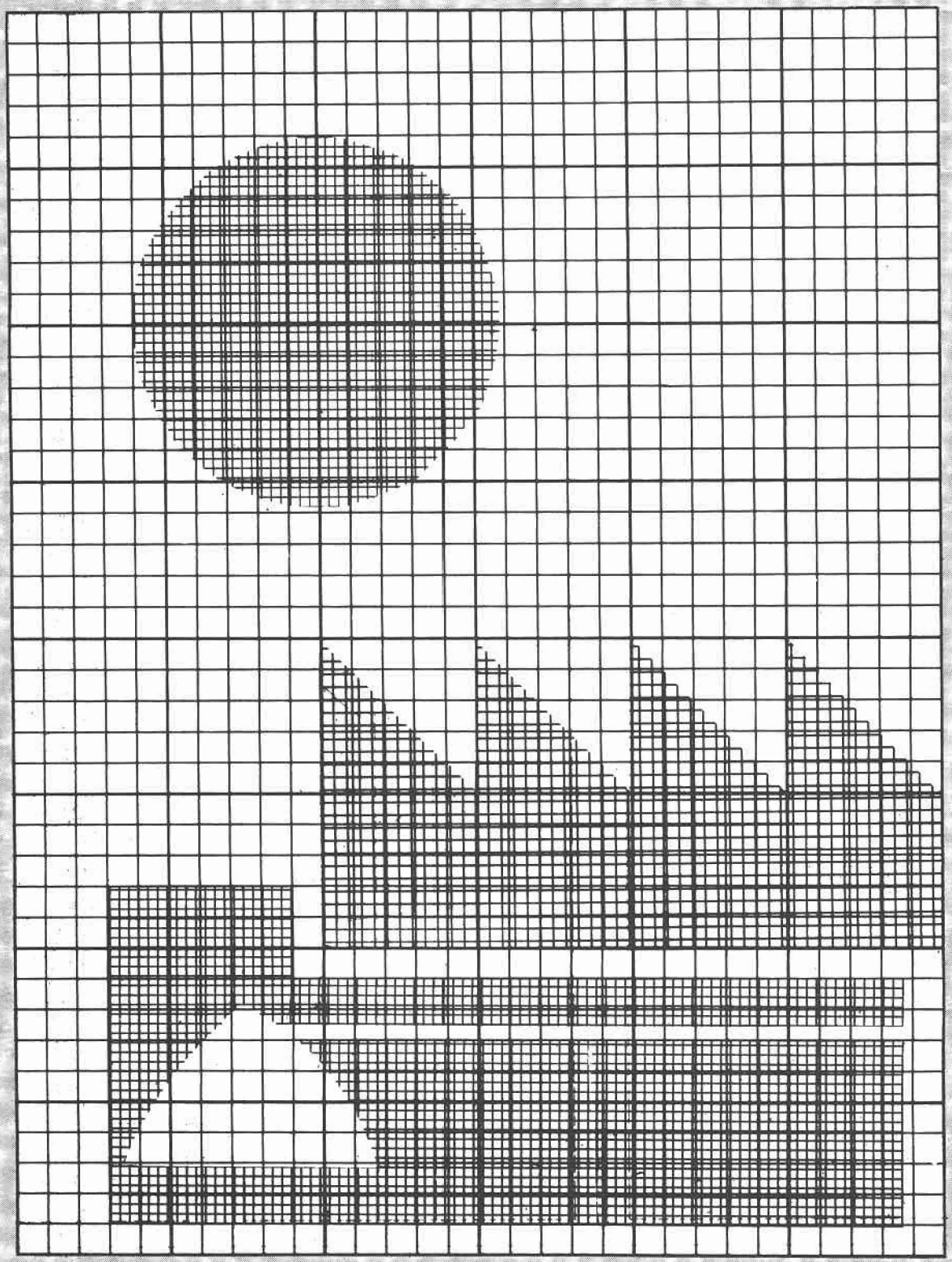
FONTE – CFP (EGF) e IBGE (quantidade produzida).

(4) Agradeço a Mauro Lopes ter chamado minha atenção para este ponto.

(Continua na pág. 35)

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS E RELAÇÃO DE TROCAS NA AGRICULTURA



CADERNO ESPECIAL

1966-85

Este trabalho foi realizado no **Centro de Estudos Agrícolas**, do **Instituto Brasileiro de Economia**, da **Fundação Getúlio Vargas**, sob a direção do economista Sylvio Wanick Ribeiro e contando com a participação direta dos economistas Boris Gheventer e Mário Sachs Rabello.

SUMÁRIO

	Página
• *Introdução*	17
• *As Fórmulas Adotadas*	18
• *A Pesquisa Mensal de Preços*	18
• *Algumas Considerações Sobre os Índices*	18
• *Índice de Preços Pagos*	
•• *Ceará*	22
•• *Pernambuco*	23
•• *Minas Gerais*	24
•• *Espírito Santo*	25
•• *São Paulo*	26
•• *Paraná*	27
•• *Santa Catarina*	28
•• *Rio Grande do Sul*	29
• *Relação de Trocas*	
•• *Ceará*	30
•• *Pernambuco*	30
•• *Minas Gerais*	31
•• *Espírito Santo*	31
•• *São Paulo*	32
•• *Paraná*	32
•• *Santa Catarina*	33
•• *Rio Grande do Sul*	33

ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS E RELAÇÃO DE TROCAS NA AGRICULTURA

Este trabalho divulga os índices de evolução dos preços pagos pelos agricultores e a relação de trocas, no período 1966-85, nas seguintes unidades da Federação: Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O alcance geográfico restrito deve-se ao fato de que somente nos referidos estados são calculados, de forma agregada, os índices de preços pagos, embora a pesquisa de preços realizada pelo **CEA**, no meio rural, alcance todo o território brasileiro, exceto Distrito Federal e Fernando de Noronha[1].

A importância relativa daqueles oito estados, considerando o valor da produção agropecuária do país, em 1980, situa-se em torno de 70% e a soma das despesas com as diversas modalidades de **insumos**, em seus estabelecimentos agrícolas, revela-se expressiva, conforme demonstra o Quadro A, abaixo.

O ano de 1970 tem sido utilizado, pelo **CEA**, como período de referência **(base)** dos índices, desde meados de 1984. Até então, a construção dos agregados apoiava-se nos preços médios vigentes em 1966, época em que a investigação passou a ter caráter regular. O deslocamento da **base** exigiu a revisão de toda a série anteriormente calculada, o que, por si só, justifica esta publicação.

No tocante à relação de trocas, não foi possível, até o momento, recalcular os índices de 1966, tendo em vista alguns problemas técnicos detectados, mas ainda não contornados, no âmbito do processamento eletrônico das informações dos preços recebidos.

Os primeiros índices mensais e anuais de relação de trocas, nos oito estados e referentes aos anos de 1966 a 1972, foram divulgados em estudo especial inserto em **Conjuntura Econômica**, em setembro de 1973[2]. Entre este mês e novembro de 1979, a revista publicou, mensalmente, aqueles índices, bem como os de preços pagos. A partir daí, a **base** (ano de 1966) foi deslocada para 1977, mediante regra de três, e os índices passaram a ter divulgação bimestral.

Entre 1975 e 1980, na antiga **base**, os índices foram igualmente publicados no **Anuário Estatístico do Brasil**, do **IBGE**, o qual, a partir de 1981, passou a adotar o mesmo período de referência dos índices editados por **Conjuntura**.

Vale ainda informar que o comportamento anual dos mencionados índices tem sido costumeiramente analisado pelo **CEA**, nos vários números anuais da **Retrospectiva da Agropecuária**. Além disso, o **CEA** divulga em **Agroanalysis**, desde outubro de 1983, a evolução da relação de trocas.

QUADRO A – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS OITO ESTADOS DA PESQUISA NAS DIVERSAS MODALIDADES DE "INSUMOS" ADQUIRIDOS PELOS ESTABELECIMENTOS RURAIS – 1980
(Brasil = 100%)

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	CE	PE	MG	ES	SP	PR	SC	RS
Adubos e corretivos	77,90	1,04	2,42	12,59	1,45	27,31	12,94	3,19	16,97
Sementes e mudas	74,35	0,67	1,74	9,67	0,93	14,46	20,84	3,40	22,65
Defensivos agrícolas	81,89	0,60	1,38	8,57	1,29	28,29	22,14	3,22	16,40
Medicamentos para animais	66,10	1,29	1,76	17,10	2,22	13,98	8,71	4,63	16,40
Sal	56,71	0,68	0,75	17,12	1,89	13,95	8,90	3,07	10,37
Rações industriais	87,65	3,20	4,92	12,66	1,57	27,11	9,40	13,77	15,02
Outras rações	85,44	3,48	2,96	8,86	0,79	23,56	14,47	11,83	19,48
Combustíveis e lubrificantes	68,45	1,14	1,78	12,29	1,71	22,29	10,75	3,25	15,25

FONTE – Censo Agropecuário de 1980 – IBGE.

AS FÓRMULAS ADOTADAS

A **relação de trocas** é a razão, multiplicada por 100, entre o **índice de preços recebidos** e o de **preços pagos** pelos agricultores, ambos tendo como **base** para a sua construção o mesmo período de referência (1970 = 100).

$$I^m_{RT} = \frac{I^m_R}{I^m_P} \times 100, \text{ onde:}$$

I^m_{RT} é o índice mensal de relação de trocas;

I^m_R é o índice mensal de preços recebidos;

I^m_P é o índice mensal de preços pagos.

O resultado acima de 100, num determinado período, significa que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de **insumos**. O resultado inferior a 100, ao contrário, indica situação desfavorável para a agricultura. A posição de paridade é igual a 100.

Tanto o índice de preços recebidos como o de preços pagos são construídos de acordo com o critério de **Laspeyres**. No que concerne aos preços recebidos, as ponderações utilizadas têm sua origem no **Censo Agropecuário de 1970** e são considerados os seguintes produtos: algodão, amendoim, arroz, banana, batata-inglesa, cacau, café, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, laranja, mamona, mandioca, milho, soja, tomate, trigo, boi gordo para corte, suíno para corte, frango de corte, leite, lã, ovos e mel de abelhas. Os preços médios estaduais são obtidos através de médias ponderadas segundo as quantidades produzidas em cada microrregião homogênea. A agregação dos índices fundamenta-se no valor da produção[3].

Quanto aos preços pagos, as cotações estaduais dos **insumos** resultam de médias aritméticas simples dos preços municipais. Os coeficientes de ponderação empregados no cálculo do índice agregativo resultam de pesquisa de campo realizada pelo **CEA**, nos oito estados, em 1969-70. A investigação permitiu que se conhecesse, de forma minuciosa, os principais itens que compõem as despesas operacionais dos estabelecimentos agrícolas, além de outras relações funcionais[4].

O **índice de preços pagos** reúne um número considerável de **insumos**, variável em cada estado, distribuídos em sete grupos, a saber: sementes e mudas; alimentos de origem industrial para animais; fertilizantes e correlatos; defensivos e correlatos; combustíveis e lubrificantes; vacinas, medicamentos e desinfetantes; e utensílios e materiais diversos. A fórmula utilizada é:

$$I^m_P = \frac{\sum_i \frac{P^m_i}{P^{70}_i} \cdot V_i}{\sum_i V_i} \times 100, \text{ onde:}$$

I^m_P é o índice mensal de preços pagos;

P^m_i é o preço médio mensal;

P^{70}_i é o preço médio anual de 1970;

V_i é a participação do produto i na despesa total (a ponderação).

A PESQUISA MENSAL DOS PREÇOS

A pesquisa dos preços é efetuada nos municípios dos 8 estados referidos, no dia 15 de cada mês, através de formulários preenchidos pelos extensionistas das entidades estaduais vinculadas à **Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater)**. Nos casos de Minas Gerais e São Paulo, as informações, já parcialmente processadas, são remetidas ao **CEA**, respectivamente, pelo **Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo** e pela **Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig)**.

Entendem-se como preços recebidos os preços pagos aos agricultores pelo produto a granel (descontados o valor da sacaria e os tributos porventura incidentes) posto no armazém do comerciante local e do tipo e qualidade mais comuns à região. Os preços pagos são, por sua vez, os preços mais freqüentes praticados no nível do comerciante, varejista, de mercadorias à venda sob condição de entregues no balcão (excluindo, portanto, despesas de carreto até o local do destino), segundo o tipo mais comumente comprado pelos agricultores locais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES

Os índices refletem a variação conjunta dos preços médios estaduais de uma quantidade múltipla de produtos agrícolas e **insumos** de origem industrial. Portanto, são indicadores gerais e, por isso mesmo, revelam-se de pouca utilidade na análise de casos específ-

ficos, muito embora, em determinadas conjunturas, possam espelhar, com certa intensidade, o movimento de reduzido número de cotações. De outra parte, avulta a importância desses índices, especialmente os da relação de trocas, na política global de preços agrícolas, em particular na fixação de preços mínimos.

É bem de ver que a razão de trocas tem um campo de ação relativamente limitado, pois apenas estabelece relação entre preços dos setores produtivos, isto é, entre a agricultura e a indústria. Contudo, sua tendência, associada à evolução dos salários, juros, arrendamentos e outros custos de produção, pode compor um painel, ainda que muito geral, sobre a situação do Setor Agrícola, bem como sobre o futuro das safras.

No tocante à **base** dos índices, sua escolha se deve ao período de origem das ponderações. Tomando-se os preços médios de 1970 como básicos, a relação de trocas mostrou-se favorável para os agricultores do Sul-Sudeste, especialmente ao longo dos triênios 1971-73 e 1977-79, conforme revelam os Gráficos e Quadros que se seguem. Entretanto, vale alertar, a posição dos índices poderia ser diferente, se fosse outra a época-base, o que, aliás, ocorre na série divulgada por **Conjuntura Econômica**, cuja **base** é o ano de 1977, como se mencionou. Neste caso, a situação até mesmo se inverte e quase todos os índices, incluindo os referentes aos dois triênios retrocitados (excetuando o ano-base, naturalmente), posicionam-se abaixo da paridade. É que, no transcorrer da série, a relação de trocas atingiu um dos seus ápices em 1977, quando, então, os preços recebidos pelos agricultores registraram considerável ascensão, refletindo, em particular, uma conjuntura internacional de reduzidos estoques de produtos alimentares e matérias-primas.

De qualquer forma, é difícil determinar o melhor período de referência dos índices e o ano de 1970 não está isento de restrições. A principal delas é o seu distanciamento em relação aos dias de hoje. A mudança da **base** para período mais próximo é desejável e pode ser uma tarefa simples, ainda que muito trabalhosa e dispendiosa, mas o grande problema, de fato, está na atualização das ponderações dos preços pagos e na necessidade de se dar maior cobertura aos índices (maior número de estados, em especial). Como se sabe, nos últimos quinze anos modificou-se substancialmente a composição do produto agrícola, novas áreas foram incorporadas ao processo produtivo e evoluíram as técnicas de produção empregadas. Os dados censitários não detalham, de modo suficiente, para esse efeito, o uso dos **insumos** no meio rural, de modo que se tornam indispensáveis novas pesquisas de campo, semelhantes às que o **CEA** conduziu no passado.

---

1 Ver **Preços Pagos Pelos Agricultores e Preços Recebidos Pelos Agricultores** — FGV/IBRE/CEA. Edições anuais.

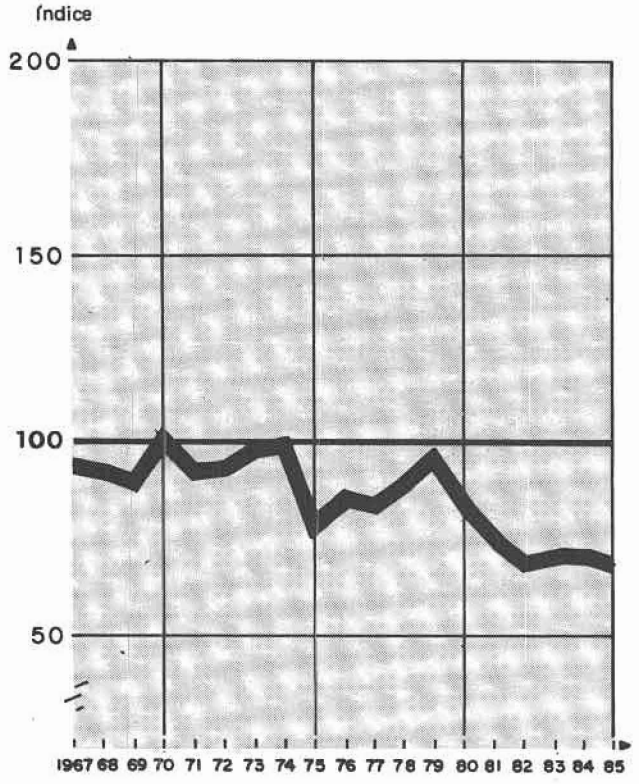
2 **A Relação de Trocas na Agricultura** — Julian Magalhães Chacel — Separata da revista **Conjuntura Econômica**, volume 27, nº 9.

3 Maiores detalhes sobre o desenvolvimento da atual fórmula podem ser vistos em **Preços Recebidos Pelos Agricultores — Médias Mensais 1984** e **Médias Anuais 1983/84** — FGV/IBRE/CEA — novembro de 1985.

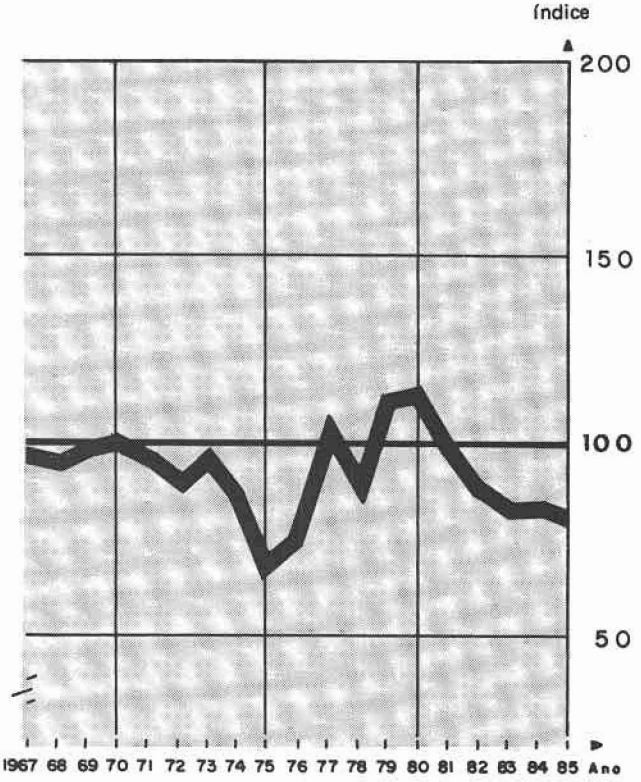
4 **Composição das Despesas de Operação dos Estabelecimentos Agrícolas** — Oito volumes — FGV/IBRE/CEA — março de 1973.

RELAÇÃO DE TROCAS NA AGRICULTURA
1970 = 100

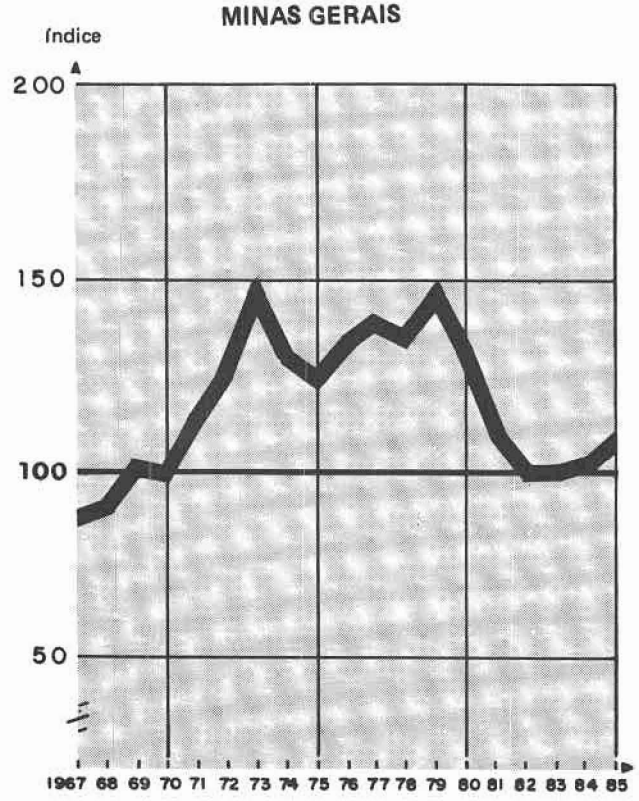
CEARÁ



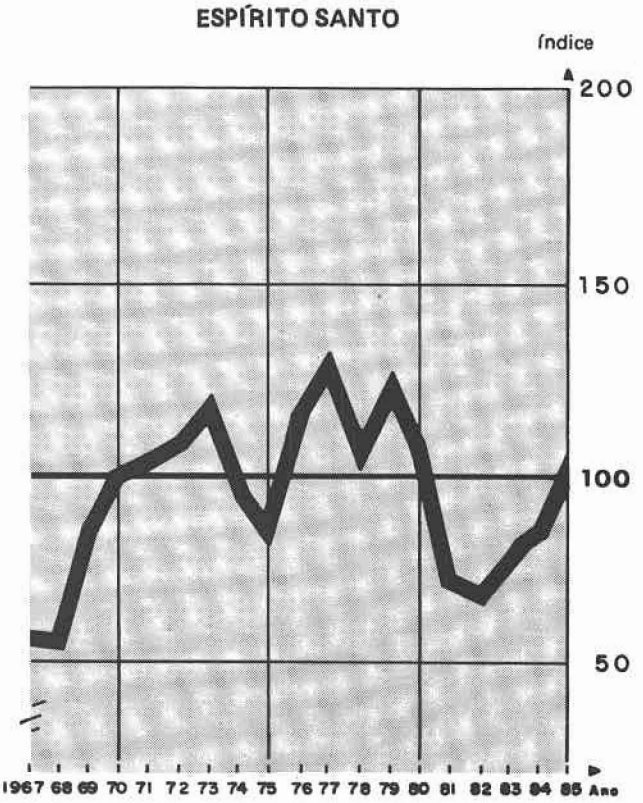
PERNAMBUCO



MINAS GERAIS

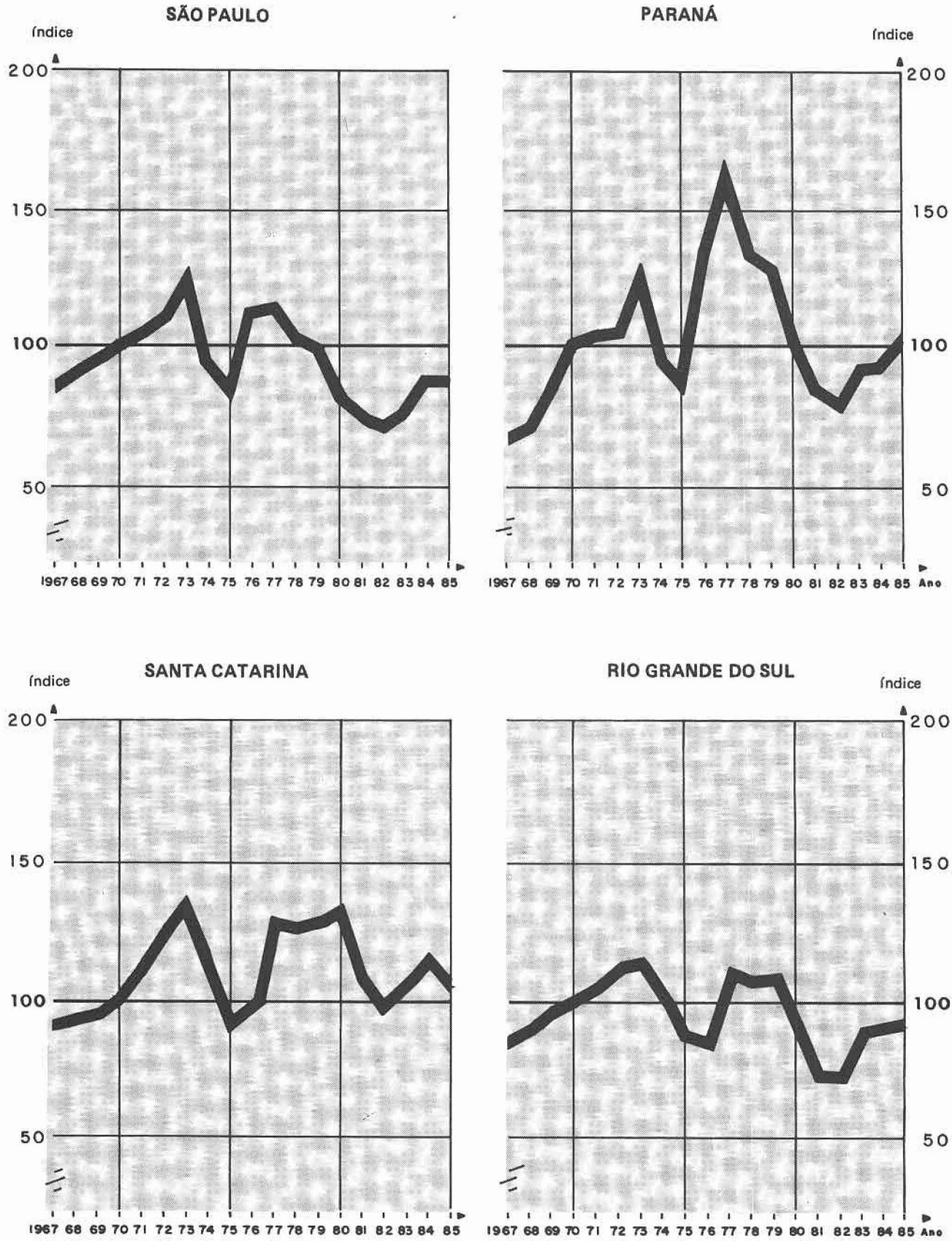


ESPÍRITO SANTO



FONTE – FGV/IBRE/CEA.

RELAÇÃO DE TROCAS NA AGRICULTURA
1970 = 100



FONTE – FGV/IBRE/CEA.

ESTADO DO CEARÁ

ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS PELOS AGRICULTORES

BASE: 1970 = 100

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
1966	42	43	43	43	44	44	45	45	47	47	46	46	45
1967	48	48	48	50	51	51	53	54	55	57	55	55	52
1968	59	59	59	63	64	66	66	66	67	67	68	68	64
1969	74	74	75	76	77	78	77	80	80	83	81	84	78
1970	83	85	85	87	90	95	101	108	112	115	116	118	100
1971	126	129	132	132	135	136	134	131	132	130	128	130	131
1972	135	137	138	140	142	143	144	144	146	148	150	150	143
1973	157	165	172	173	176	177	179	183	192	199	205	210	182
1974	225	231	237	266	274	277	285	305	325	337	343	343	287
1975	360	364	366	373	369	405	409	412	423	459	465	473	407
1976	479	506	513	515	522	530	610	641	679	685	716	749	595
1977	798	811	819	876	869	872	870	878	874	866	857	858	854
1978	853	858	925	921	928	954	973	994	1.102	1.142	1.150	1.178	998
1979	1.176	1.268	1.273	1.301	1.345	1.428	1.491	1.644	2.135	2.361	2.451	3.001	1.740
1980	3.108	3.156	3.201	3.396	3.571	3.833	4.179	4.491	4.577	5.108	5.269	5.824	4.143
1981	6.170	7.224	7.523	7.691	8.389	8.637	9.688	9.793	10.132	10.414	11.440	11.643	9.062
1982	11.880	13.037	13.354	13.483	13.605	15.271	15.353	16.038	16.201	17.375	17.629	17.964	15.099
1983	20.792	21.659	25.431	26.872	27.652	35.317	38.324	40.603	48.559	53.529	65.170	68.440	39.362
1984	75.600	91.112	96.513	107.031	109.938	112.527	129.865	132.772	152.674	156.060	177.689	182.403	127.015
1985	209.701	219.606	259.571	266.689	274.057	286.057	296.005	346.108	366.237	448.545	516.225	575.593	338.700

FONTE – FGV/IBRE/Centro de Estudos Agrícolas.

ESTADO DE PERNAMBUCO

ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS PELOS AGRICULTORES

BASE: 1970 = 100

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
1966	44	44	45	46	47	48	48	49	49	50	49	49	47
1967	51	52	52	53	56	58	57	58	59	59	59	60	56
1968	62	64	63	66	67	68	68	67	66	67	67	67	66
1969	78	77	81	81	83	84	82	82	84	83	83	84	82
1970	87	92	92	93	95	99	104	104	108	109	107	109	100
1971	112	115	115	120	126	130	121	121	120	120	121	121	120
1972	132	133	131	133	135	136	136	138	138	140	140	143	136
1973	155	154	159	161	163	164	166	168	175	178	177	183	167
1974	194	199	205	228	234	243	250	253	277	278	285	293	245
1975	314	316	320	322	331	353	358	364	367	395	401	405	354
1976	451	460	462	467	477	491	547	537	577	570	582	606	519
1977	662	671	690	707	739	742	750	749	762	803	811	806	741
1978	802	837	895	908	919	947	965	977	1.064	1.078	1.077	1.076	962
1979	1.131	1.231	1.261	1.272	1.303	1.393	1.433	1.582	1.753	1.840	1.852	2.294	1.529
1980	2.502	2.528	2.633	2.796	2.931	3.118	3.449	3.645	3.731	4.056	4.199	4.640	3.352
1981	5.164	5.984	6.174	6.334	7.052	7.247	8.154	8.341	8.424	8.712	9.679	9.792	7.588
1982	10.401	11.671	11.980	12.176	12.405	13.908	14.217	14.566	14.928	16.170	16.479	17.281	13.849
1983	19.507	20.442	23.425	24.325	25.140	31.610	33.540	34.625	43.348	47.608	57.423	61.189	35.182
1984	63.224	75.716	80.401	90.416	93.187	95.842	114.003	118.950	138.614	142.467	164.613	171.445	112.407
1985	205.698	209.019	252.402	261.884	277.095	290.684	301.967	346.179	367.020	413.772	459.806	487.965	322.791

FONTE – FGV/IBRE/Centro de Estudos Agrícolas.

ESTADO DE MINAS GERAIS

ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS PELOS AGRICULTORES

BASE: 1970 = 100

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
1966	43	43	43	44	44	47	48	50	52	51	51	51	47
1967	52	53	55	57	59	60	62	63	64	63	65	64	60
1968	64	64	63	64	66	66	67	67	67	68	68	69	66
1969	71	72	74	73	75	77	78	84	82	82	84	85	78
1970	94	96	93	96	94	96	98	103	104	109	110	111	100
1971	104	108	109	113	109	112	113	117	115	118	120	123	113
1972	123	122	126	125	129	131	133	133	137	135	139	135	131
1973	134	139	138	146	148	155	157	161	167	166	170	175	155
1974	178	199	205	216	230	253	260	263	269	280	286	290	244
1975	283	294	296	296	295	308	312	317	321	326	336	344	311
1976	345	354	366	377	379	392	408	448	472	492	499	528	422
1977	539	542	565	566	604	605	619	617	632	638	662	662	604
1978	697	684	745	757	787	795	850	856	884	899	856	906	810
1979	923	974	995	1.005	1.080	1.113	1.154	1.348	1.416	1.477	1.565	1.765	1.235
1980	1.868	1.962	2.114	2.362	2.452	2.594	2.764	2.902	3.019	3.260	3.405	3.580	2.690
1981	3.794	4.253	4.573	4.909	5.140	5.445	5.854	6.102	6.190	6.406	7.089	7.328	5.590
1982	7.783	8.242	8.617	9.199	9.666	10.497	10.643	11.313	11.800	12.550	12.784	13.049	10.512
1983	14.649	15.896	17.408	19.168	20.350	24.841	27.838	30.783	37.879	43.807	48.918	50.869	29.367
1984	55.172	63.855	68.654	72.576	76.608	80.139	90.539	96.623	108.682	119.183	130.072	138.374	91.706
1985	162.487	176.188	201.067	210.764	225.707	251.281	281.931	318.127	345.009	389.249	444.035	495.251	291.758

FONTE – FGV/IBRE/Centro de Estudos Agrícolas.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS PELOS AGRICULTORES

BASE: 1970 = 100

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
1966	54	53	55	56	56	57	57	57	57	58	61	63	57
1967	61	61	61	62	65	66	67	66	69	70	72	73	66
1968	74	75	76	76	77	76	76	74	78	79	80	80	77
1969	80	80	79	78	79	82	81	85	85	88	89	94	83
1970	92	95	97	99	100	100	99	100	103	106	106	106	100
1971	110	111	111	114	117	116	121	121	123	125	125	126	118
1972	131	132	135	139	141	141	143	147	149	149	149	152	142
1973	163	174	181	185	191	194	191	202	204	206	214	222	194
1974	244	253	274	297	318	334	357	359	379	362	364	384	327
1975	417	418	430	433	422	425	436	439	444	472	472	480	441
1976	517	510	539	533	562	595	626	639	644	672	692	717	604
1977	804	819	837	846	881	886	895	919	915	956	995	998	896
1978	1.016	1.027	1.065	1.099	1.110	1.149	1.237	1.278	1.328	1.351	1.356	1.375	1.199
1979	1.301	1.355	1.425	1.475	1.575	1.581	1.655	1.815	1.961	2.009	2.106	2.435	1.724
1980	2.699	2.783	2.829	3.000	3.128	3.294	3.568	3.851	4.055	4.537	4.937	5.281	3.664
1981	5.793	6.418	6.777	7.094	7.900	8.278	9.331	9.998	10.283	10.782	11.296	11.693	8.804
1982	11.631	12.509	13.295	13.721	14.293	15.463	15.961	16.832	17.420	18.344	19.297	20.026	15.733
1983	21.566	22.847	24.569	26.146	27.426	31.885	34.139	36.620	42.351	46.231	54.893	56.871	35.462
1984	62.546	71.688	77.574	90.082	96.825	103.095	119.591	128.984	145.526	154.705	174.993	184.125	117.478
1985	208.831	222.850	255.471	275.562	296.670	314.395	341.086	392.319	425.523	473.127	533.140	599.952	361.577

FONTE – FGV/IBRE/Centro de Estudos Agrícolas.

ESTADO DE SÃO PAULO

ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS PELOS AGRICULTORES

BASE: 1970 = 100

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
1966	48	50	52	52	52	51	51	52	52	53	53	53	52
1967	54	55	57	57	59	60	61	61	61	62	62	63	59
1968	64	64	68	70	71	71	71	72	74	75	77	76	71
1969	81	82	82	83	83	85	85	86	87	88	88	88	85
1970	93	98	98	98	98	98	98	100	102	104	105	105	100
1971	108	109	109	109	121	122	113	126	126	127	129	132	119
1972	133	134	135	136	145	147	147	148	151	154	160	162	146
1973	172	179	180	180	175	176	183	184	189	191	191	194	183
1974	235	265	288	310	314	317	322	338	344	365	366	371	320
1975	430	429	423	428	437	434	434	439	453	475	478	480	445
1976	483	498	503	504	512	517	551	557	572	570	624	660	546
1977	679	708	745	775	807	831	777	849	870	877	883	894	808
1978	912	976	978	1.011	1.059	1.100	1.118	1.200	1.224	1.238	1.281	1.319	1.118
1979	1.344	1.415	1.463	1.495	1.520	1.603	1.667	1.722	2.060	2.098	2.158	2.478	1.752
1980	2.861	3.006	3.439	3.529	3.659	3.773	4.074	4.348	4.454	4.783	4.993	5.312	4.019
1981	5.399	5.902	6.992	7.471	7.820	7.968	8.386	8.809	9.113	9.830	10.211	10.643	8.212
1982	10.483	11.782	12.632	13.042	13.540	14.592	15.000	15.296	16.210	16.922	17.697	18.698	14.658
1983	20.700	21.885	24.742	25.865	28.002	34.168	35.935	41.401	48.621	51.753	58.457	62.444	37.831
1984	65.157	74.314	78.045	84.353	91.398	98.548	110.976	114.543	139.030	146.481	170.382	181.866	112.924
1985	208.971	225.789	266.380	278.959	290.053	313.365	329.607	361.994	412.471	466.270	522.879	579.697	354.703

FONTE – FGV/IBRE/Centro de Estudos Agrícolas.

ESTADO DO PARANÁ

ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS PELOS AGRICULTORES

BASE: 1970 = 100

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
1966	51	51	52	53	54	54	55	56	56	57	59	60	55
1967	59	59	63	63	64	66	67	69	66	67	67	67	65
1968	68	71	70	71	72	72	73	74	74	76	77	76	73
1969	80	80	81	81	83	87	87	90	91	93	93	93	87
1970	94	96	95	97	99	102	102	103	103	104	103	104	100
1971	104	106	107	109	113	113	115	116	118	120	122	122	114
1972	129	130	130	132	133	135	134	139	142	145	147	148	137
1973	155	159	161	161	165	169	170	176	181	187	192	198	173
1974	222	234	249	291	308	330	334	346	361	382	387	388	319
1975	398	401	414	418	427	451	461	462	458	462	482	485	443
1976	487	503	510	507	512	514	545	557	566	604	604	619	544
1977	641	652	679	710	748	770	790	802	815	837	845	859	762
1978	879	886	932	954	970	998	1.021	1.038	1.107	1.120	1.133	1.144	1.015
1979	1.169	1.232	1.256	1.283	1.323	1.393	1.440	1.587	1.794	1.894	1.943	2.282	1.550
1980	2.391	2.552	2.720	2.962	3.206	3.380	3.641	3.899	4.068	4.367	4.452	4.801	3.537
1981	4.898	5.450	5.604	5.912	6.627	6.967	7.696	7.947	8.306	8.537	9.244	9.490	7.223
1982	9.939	10.160	11.151	11.446	11.663	12.981	13.209	13.725	14.231	15.259	15.682	16.216	12.972
1983	17.600	18.341	19.452	21.784	22.903	27.781	29.491	31.542	35.944	40.473	47.057	51.467	30.320
1984	56.612	65.440	68.872	78.211	84.691	91.026	106.298	114.548	134.308	141.834	160.933	169.762	106.045
1985	193.532	210.270	244.269	258.419	277.159	293.290	306.793	345.109	370.643	416.627	458.089	515.807	324.167

FONTE – FGV/IBRE/Centro de Estudos Agrícolas.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS PELOS AGRICULTORES

BASE: 1970 = 100

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
1966	47	47	47	49	49	49	50	50	51	53	53	54	50
1967	58	59	60	61	64	64	64	65	66	66	66	67	63
1968	69	69	70	72	72	72	74	73	75	75	76	77	73
1969	79	81	81	84	83	86	87	88	90	91	93	94	86
1970	95	96	97	98	99	100	101	102	102	103	102	102	100
1971	107	107	108	109	111	114	114	113	116	117	119	120	113
1972	125	128	129	131	132	135	137	139	142	144	145	145	1 36
1973	149	150	152	153	157	159	162	164	169	176	182	187	163
1974	209	220	231	258	278	294	307	314	322	326	338	346	287
1975	363	362	365	371	376	378	386	388	395	409	413	414	385
1976	414	416	427	432	441	448	474	485	493	507	510	518	464
1977	567	573	588	606	623	644	661	671	681	711	726	733	649
1978	751	751	784	792	816	854	879	902	939	962	975	995	867
1979	1.054	1.087	1.116	1.148	1.196	1.257	1.319	1.379	1.475	1.584	1.661	1.861	1.345
1980	2.048	2.108	2.303	2.396	2.561	2.736	2.927	3.117	3.228	3.598	3.762	4.075	2.904
1981	4.274	4.617	4.891	5.292	5.667	6.041	6.616	6.870	7.106	7.385	7.861	8.134	6.230
1982	8.648	9.235	9.675	10.154	10.524	11.397	11.697	12.286	12.878	13.616	14.134	14.749	11.583
1983	15.958	17.270	18.741	20.033	21.145	23.711	26.367	29.111	32.892	37.065	43.336	46.634	27.689
1984	50.935	57.322	60.235	66.363	72.316	78.361	89.142	97.593	107.565	119.333	134.656	146.851	90.055
1985	169.756	181.064	204.023	224.535	246.908	262.040	290.281	320.820	348.851	392.242	438.254	474.476	296.104

FONTE – FGV/IBRE/Centro de Estudos Agrícolas.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS PELOS AGRICULTORES

BASE: 1970 = 100

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
1966	54	54	56	56	57	57	58	58	59	60	62	63	58
1967	63	64	66	66	68	68	71	71	73	72	72	73	69
1968	74	75	75	77	76	77	77	77	77	78	79	79	77
1969	84	85	85	85	87	88	88	88	90	91	90	94	88
1970	94	95	95	94	99	99	101	103	106	104	104	105	100
1971	106	109	110	110	114	113	116	119	120	124	126	126	116
1972	134	138	139	141	144	147	149	152	157	159	161	163	149
1973	168	172	175	178	186	187	191	198	204	213	218	223	193
1974	236	247	261	277	291	307	313	321	332	338	341	348	301
1975	370	377	383	388	392	404	409	413	418	444	449	458	409
1976	469	494	499	505	523	527	562	580	606	609	606	636	551
1977	637	655	695	711	732	758	779	814	845	867	884	889	772
1978	916	935	1.006	1.020	1.052	1.121	1.150	1.189	1.222	1.266	1.288	1.317	1.124
1979	1.317	1.416	1.429	1.451	1.491	1.617	1.670	1.834	2.039	2.141	2.250	2.631	1.774
1980	2.684	2.876	3.029	3.298	3.429	3.629	3.881	4.159	4.355	4.666	5.035	5.483	3.877
1981	5.743	6.436	6.861	7.191	7.531	8.006	8.619	8.759	9.391	9.837	10.693	10.981	8.337
1982	11.309	12.288	12.679	12.972	13.429	14.753	15.185	15.604	15.948	16.974	17.499	18.146	14.732
1983	19.770	20.872	23.599	24.363	25.403	30.509	32.291	34.842	39.974	44.186	52.545	54.997	33.613
1984	59.299	70.865	77.191	84.445	91.222	95.558	112.016	120.386	139.013	152.686	177.971	188.695	114.112
1985	210.767	232.734	268.667	286.313	308.762	324.332	340.765	375.918	400.005	443.951	491.262	546.657	352.511

FONTE – FGV/IBRE/Centro de Estudos Agrícolas.

ESTADO DO CEARÁ
RELAÇÃO DE TROCAS
BASE: 1970 = 100

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
1967	96	98	98	96	94	92	89	87	89	91	98	100	94
1968	98	100	100	92	91	86	86	86	87	91	93	96	92
1969	89	92	93	91	90	87	88	85	85	84	90	90	89
1970	95	95	99	100	99	94	94	98	104	107	108	107	100
1971	98	98	96	93	89	87	85	88	88	92	95	94	92
1972	96	96	96	96	93	92	90	91	90	92	92	94	93
1973	90	88	87	87	87	88	92	97	103	114	118	118	97
1974	113	111	108	103	104	104	99	92	87	84	86	90	98
1975	83	81	80	78	79	72	73	73	75	72	74	76	76
1976	77	75	78	78	80	81	81	88	96	99	94	91	85
1977	93	89	88	81	82	80	80	77	79	81	82	84	83
1978	86	88	85	87	87	88	88	89	86	87	90	93	88
1979	98	96	101	102	102	98	100	98	85	88	90	76	95
1980	79	83	83	81	80	80	78	79	85	85	91	87	83
1981	87	80	79	81	76	77	70	70	69	70	66	68	74
1982	71	67	67	68	69	63	66	67	69	67	67	69	68
1983	64	66	63	63	66	59	64	78	79	83	76	78	70
1984	81	77	79	75	73	72	65	65	61	67	62	63	70
1985	61	61	56	58	62	66	72	75	82	74	71	74	68

FONTE – FGV/IBRE/Centro de Estudos Agrícolas.

ESTADO DE PERNAMBUCO
RELAÇÃO DE TROCAS
BASE: 1970 = 100

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
1967	96	98	100	98	95	91	89	91	100	102	102	102	97
1968	97	91	103	83	87	91	93	93	97	94	100	109	95
1969	87	91	86	93	96	99	104	101	100	105	108	105	98
1970	108	107	103	104	102	98	95	96	94	94	102	100	100
1971	99	97	101	98	98	95	102	101	93	93	94	94	97
1972	86	86	87	87	86	86	95	92	93	91	96	94	90
1973	94	94	96	94	94	93	93	93	95	98	105	103	96
1974	99	99	95	91	91	89	88	86	78	78	78	76	87
1975	64	67	67	66	66	69	68	71	70	67	67	68	68
1976	64	64	79	81	82	74	70	77	74	81	81	75	75
1977	106	106	106	110	105	105	102	100	99	95	92	93	102
1978	85	82	78	80	80	83	85	85	82	103	106	107	88
1979	111	105	110	112	115	109	118	113	104	114	122	103	111
1980	103	107	108	103	115	119	111	112	112	117	124	114	112
1981	110	106	105	107	101	101	90	90	91	93	96	98	99
1982	96	89	87	87	90	83	83	84	85	88	91	90	88
1983	85	85	80	86	92	80	81	87	76	84	82	82	83
1984	85	77	79	82	90	93	82	83	76	88	81	79	83
1985	70	78	69	72	78	78	82	83	85	87	84	88	80

FONTE – FGV/IBRE/Centro de Estudos Agrícolas.

ESTADO DE MINAS GERAIS
RELAÇÃO DE TROCAS
BASE: 1970 = 100

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
1967	100	102	96	89	83	83	81	81	84	87	85	88	88
1968	88	86	89	89	86	88	90	91	93	94	97	99	91
1969	99	97	93	93	93	96	97	94	104	113	114	113	101
1970	99	98	100	97	99	98	100	100	101	102	100	100	100
1971	109	107	110	107	114	113	115	112	116	118	119	121	113
1972	126	127	121	122	117	118	119	123	124	133	132	139	125
1973	141	138	138	137	139	137	139	145	154	165	168	163	147
1974	153	134	136	135	133	128	126	125	122	120	123	122	130
1975	125	124	120	121	121	115	118	120	132	134	130	129	124
1976	130	134	134	135	141	137	137	131	132	134	135	133	134
1977	136	137	142	154	147	143	136	133	131	130	130	133	138
1978	132	136	124	125	126	132	128	134	133	135	155	150	134
1979	151	153	152	153	146	147	150	141	121	144	151	142	146
1980	137	138	129	121	126	130	129	130	132	122	132	139	130
1981	137	123	118	111	113	106	100	102	104	105	99	102	110
1982	103	101	101	97	96	92	100	99	99	98	101	111	100
1983	105	104	104	100	102	91	95	99	95	106	97	97	100
1984	97	97	96	98	99	99	98	99	103	108	110	110	101
1985	104	109	103	104	101	93	96	104	104	104	123	140	107

FONTE – FGV/IBRE/Centro de Estudos Agrícolas.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELAÇÃO DE TROCAS
BASE: 1970 = 100

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
1967	70	70	72	68	66	65	63	67	67	66	65	64	67
1968	66	65	64	64	64	64	66	69	65	67	69	69	66
1969	71	74	75	77	77	77	83	87	98	97	100	100	85
1970	97	95	94	92	89	92	103	110	108	106	108	106	100
1971	106	106	110	104	102	105	100	101	102	102	106	106	104
1972	102	106	102	101	104	106	106	107	113	117	119	117	108
1973	112	106	105	108	105	109	117	124	135	132	134	126	118
1974	111	108	105	104	101	96	87	88	82	89	91	88	96
1975	83	84	85	76	78	80	81	94	97	88	96	93	86
1976	95	106	103	115	114	116	117	118	125	123	138	139	117
1977	135	131	143	150	135	128	121	119	126	120	119	122	129
1978	117	112	108	112	109	105	101	100	103	108	112	111	108
1979	124	124	123	120	116	129	134	125	124	125	127	115	124
1980	108	106	112	107	115	112	109	104	107	106	106	104	108
1981	98	87	84	84	73	69	63	63	64	64	64	66	73
1982	68	68	67	68	70	66	70	71	71	74	72	73	70
1983	71	74	79	79	81	76	79	85	83	91	85	88	81
1984	85	82	82	75	75	83	86	87	90	102	96	101	87
1985	97	106	108	102	99	101	97	96	97	100	113	132	104

FONTE – FGV/IBRE/Centro de Estudos Agrícolas.

ESTADO DE SÃO PAULO
RELAÇÃO DE TROCAS
BASE: 1970 = 100

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
1967	93	91	82	82	80	80	82	84	85	87	87	86	85
1968	88	91	88	86	85	87	89	89	91	93	94	95	90
1969	88	84	87	88	90	89	91	93	102	110	111	109	95
1970	99	97	96	95	94	101	103	104	105	103	103	103	100
1971	104	104	110	112	102	105	113	104	105	106	106	106	106
1972	114	116	116	110	99	101	106	113	111	114	114	114	111
1973	108	104	104	110	115	119	121	129	137	146	145	139	123
1974	114	104	101	100	97	94	90	83	85	80	84	85	93
1975	76	76	76	75	75	79	80	91	91	90	92	93	83
1976	95	98	101	106	116	119	114	118	120	125	119	113	112
1977	114	116	134	138	119	110	113	99	98	99	107	108	113
1978	110	106	105	102	101	102	102	99	100	103	103	100	103
1979	100	98	97	100	101	101	104	106	94	97	102	91	99
1980	81	80	77	79	84	82	81	82	83	83	85	84	82
1981	90	86	75	71	69	70	67	70	73	72	72	72	74
1982	76	70	71	71	70	67	70	72	69	72	71	73	71
1983	68	68	70	73	70	70	74	73	83	91	84	81	75
1984	89	85	90	90	87	89	85	89	86	90	84	83	87
1985	83	87	78	79	79	78	83	88	85	89	101	109	87

FONTE – FGV/IBRE/Centro de Estudos Agrícolas.

ESTADO DO PARANÁ
RELAÇÃO DE TROCAS
BASE: 1970 = 100

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
1967	66	68	65	67	64	62	66	64	68	67	72	72	67
1968	72	68	70	70	71	72	71	70	73	74	74	76	72
1969	76	76	74	74	77	76	78	83	91	96	101	106	84
1970	102	102	102	92	92	96	97	100	103	102	104	103	100
1971	96	99	102	105	103	104	106	107	106	104	107	107	104
1972	100	105	106	104	102	102	101	105	106	109	110	114	105
1973	112	113	116	123	122	123	128	127	135	139	136	126	125
1974	109	108	104	97	95	92	90	88	86	84	86	84	94
1975	85	81	76	75	77	75	76	93	101	101	97	98	86
1976	104	111	116	128	143	150	146	140	143	137	144	146	134
1977	166	165	199	219	185	157	144	138	136	132	137	137	160
1978	135	137	128	131	130	131	132	133	128	131	134	135	132
1979	133	125	130	133	136	135	132	128	117	116	118	103	126
1980	103	100	104	104	102	102	100	98	99	105	110	106	103
1981	105	96	95	92	86	82	74	77	77	78	77	77	85
1982	76	79	76	77	80	77	80	79	78	77	78	82	78
1983	77	82	84	88	89	80	84	89	95	111	101	102	90
1984	101	92	94	92	92	94	91	88	86	91	86	90	91
1985	92	98	97	102	101	99	97	93	95	93	114	129	101

FONTE – FGV/IBRE/Centro de Estudos Agrícolas.

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELAÇÃO DE TROCAS
BASE: 1970 = 100

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
1967	91	93	95	92	84	89	89	89	88	89	89	90	90
1968	88	88	91	90	93	93	92	92	89	96	99	99	93
1969	97	98	95	92	93	88	87	91	93	100	100	105	95
1970	106	104	100	96	96	95	96	97	101	103	104	106	100
1971	106	107	106	106	107	108	110	114	116	119	121	125	112
1972	128	132	129	125	125	122	120	118	116	121	125	126	124
1973	123	125	126	124	123	125	130	138	147	146	152	149	134
1974	135	130	126	121	117	113	107	105	107	104	102	105	114
1975	93	97	94	92	90	91	89	90	92	91	92	93	92
1976	96	98	98	98	99	100	97	96	99	103	105	106	100
1977	133	135	129	130	132	130	124	122	122	120	121	124	127
1978	125	127	127	127	126	124	122	120	124	126	127	131	126
1979	124	127	133	132	130	127	126	127	129	133	136	128	129
1980	128	132	129	125	127	130	131	131	134	132	137	133	131
1981	130	126	121	114	111	105	99	98	99	97	98	101	108
1982	96	101	102	101	100	97	98	98	95	94	94	100	98
1983	98	101	99	98	99	99	97	102	117	133	123	121	107
1984	117	120	121	120	117	117	111	108	110	113	110	108	114
1985	111	116	113	110	105	102	97	101	101	94	99	109	105

FONTE – FGV/IBRE/Centro de Estudos Agrícolas.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RELAÇÃO DE TROCAS
BASE: 1970 = 100

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
1967	89	88	85	85	84	84	83	83	81	85	85	84	85
1968	86	87	88	88	91	90	90	91	92	91	94	96	90
1969	95	93	93	94	91	91	92	95	98	100	103	101	96
1970	104	105	103	102	98	99	98	97	96	100	102	101	100
1971	101	102	104	105	104	105	105	103	105	106	107	110	105
1972	107	110	112	113	113	112	113	113	111	113	115	115	112
1973	114	112	111	113	109	110	113	114	119	117	119	117	114
1974	111	106	106	106	105	103	102	100	98	99	103	101	103
1975	93	92	91	89	91	90	87	89	90	86	87	86	89
1976	87	86	88	88	87	88	84	85	83	85	87	84	86
1977	113	110	110	113	115	115	113	108	109	107	106	106	110
1978	108	109	107	112	112	107	109	106	107	108	110	111	109
1979	111	106	116	115	120	116	115	111	99	102	107	96	112
1980	104	100	97	93	92	91	93	94	93	86	82	76	92
1981	85	78	75	75	76	73	71	72	73	71	70	71	74
1982	71	70	73	74	74	72	73	73	76	74	76	80	74
1983	78	75	71	79	82	77	85	97	105	112	102	106	89
1984	106	95	91	91	92	92	84	85	84	89	85	89	90
1985	88	87	83	90	86	85	90	97	96	90	97	98	91

FONTE – FGV/IBRE/Centro de Estudos Agrícolas.



ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS E RELAÇÃO DE TROCAS NA AGRICULTURA

(continuação da página 14)

AGF funcione efetivamente como um mecanismo de sustentação de preços agrícolas, os estoques oficiais formados devem ter regras de desova claras, previamente anunciadas e compatíveis com o custo (físico e financeiro) de carregamento, no tempo, de estoques pelo setor privado. Sabe-se, contudo, que isso nunca ocorreu no Brasil. Por este motivo, a formação de estoques governamentais é acompanhada de uma redução da demanda de estoques pelo mercado (intermediários, indústrias) e pelos próprios agricultores (se por conta própria ou mesmo com EGF sem opção de venda). Estabelece-se, assim, uma espiral ascendente de dependência dos agricultores em relação à AGF: o preço de mercado se aproxima do mínimo, o produto é colocado em AGF (inclusive por restrições de recursos para o EGF), as compras (e os preços) do mercado se contraem, reforça-se a tendência de colagem dos preços de mercado nos mínimos, mais produto é colocado em AGF, e assim sucessivamente. É fácil entender, então, porque os preços de mercado ficaram inferiores aos mínimos em 1985, não obstante terem sido tão substanciais as aquisições governamentais. É que, devido a uma complexa interação entre estocagem pública e privada, as aquisições governamentais podem perfeitamente ter sido inferiores aos estoques que deixaram de ser feitos em resposta à maior presença compradora do governo federal(5).



O sucesso do Plano de Estabilização Econômica e a comercialização agrícola

A queda da inflação, após a decretação da reforma econômica de fevereiro de 1986, presenteou os agricultores com algo inimaginável no período anterior de inflação alta: a estabilização do valor real dos preços mínimos por toda a entressafra. Por outro lado, a reforma aumentou enormemente a disposição do endividamento por parte dos agricultores, como revelado pela euforia por eles demonstrada logo no primeiro momento, ao se verem livres do fantasma da correção monetária plena no crédito rural. À luz da discussão anterior, é fácil concluir que o sucesso do Plano de Estabilização, ao garantir a permanência dessas duas grandes mudanças, simplesmente sepultará a angústia de liquidação da safra pelos agricultores. Uma vez que essa ânsia de liquidação implicava, em particular, a não-estocagem por conta própria (e risco), deve-se esperar que seu sepultamento permita um renascimento da estocagem autofinanciada dos agricultores, como estratégia de comercialização.

Essa estocagem passará a ser uma opção mais compatível com a renovação do ciclo produtivo seguinte, por duas razões: 1) a estabilização do valor real dos preços mínimos revigorará o papel da AGF direta e do EGF, em qualquer época do ano (e não apenas na safra, como antes). Em particular, quanto mais próximos dos mínimos estiverem os preços de mercado, na safra, menor será o prejuízo máximo dessa estocagem, na (pior e menos provável) hipótese de nenhuma elevação de preços na entressafra; e 2) o relaxamento das restrições internas de tomada de crédito amortecerá as conseqüências sobre a atividade agrícola de um eventual prejuízo de monta nessa estocagem, o que poderá ocorrer quando os preços do mercado estiverem superiores aos mínimos na safra e sofrerem uma queda na entressafra.

É interessante notar que essa expectativa teórica, de o sucesso do Plano de Estabilização vir a pôr um fim à ânsia de liquidação, com conseqüente aumento da estocagem por conta própria, encontra apoio empírico na experiência da comercialização agrícola da safra de 1986. Com efeito, a aceitação, pelo agricutlor, da AGF direta com pagamento parcelado equivale a uma decisão de formar estoque por quatro meses e liberá-lo paulatinamente para o governo federal, com a vantagem de arcar somente com o custo financeiro (o custo físico da armazenagem é pago pela autoridade governamental). Essa fórmula, que diminuiu o impacto negativo da comercialização agrícola sobre o déficit de caixa, não teria sido possível na fase anterior de inflação alta, a menos que se estendesse, na prática, o período de correção dos preços mínimos.

Além disso, análise empírica adicional dessa comercialização em 1986 poderá confirmar evidências esparsas de que os agricultores, limitados no atendimento de sua demanda de EGF na safra, decidiram, na medida de sua capacidade financeira, restringir a contratação de AGF direta (devido ao pagamento parcelado) e a venda ao mercado (pelos baixos preços vigentes), preferindo, em vez disso, reter parte de sua produção com recursos próprios. Não resta dúvida de que a completa

(5) A argumentação acima é mais desenvolvida em G.C. Rezende, **Problemas da Política de Preços Mínimos no Brasil. Conjuntura Econômica**, vol. 39, nº 10, outubro de 1985.

perda de atratividade dos ativos financeiros, característica da primeira fase do **Plano de Estabilização** foi, no mínimo, tão importante quanto a redução do risco de estocagem para a explicação dessa retenção autofinanciada de estoques. Uma vez, entretanto, que está claro que o próprio sucesso do **Plano** implica uma política de taxa de juros diferente da fase inicial, esse fator deixará de ser relevante, restando apenas, então, a maior efetividade dos preços mínimos e a menor auto-restrição do crédito.

É interessante contrastar essa perspectiva da comercialização agrícola de 1986 com as previsões feitas logo após a decretação do **Plano de Estabilização.** Argumentou-se, então, que o congelamento de preços iria inviabilizar a estocagem privada de produtos agrícolas, ao conflitar com a necessária variação estacional de preços e ao justificar um grau muito elevado de intervenção governamental nos mercados agrícolas. Concluiu-se, assim que, por efeito do **Plano**, todo o ônus da estocagem agrícola seria transferido ao governo federal, com os preços recebidos **colando-se** nos preços mínimos(6).

Esse argumento tem a virtude de chamar a atenção para o fato de que a taxa de retorno da estocagem privada, este ano (e enquanto prevalecer a política de congelamento de preços safra-entressafra), será provavelmente baixa; é razoável, também, a hipótese implícita de que esse fato tenha sido antecipado, inclusive com atribuição de alta probabilidade, pelo sistema de comercialização. Entretanto, uma baixa média esperada de retorno de estocagem, este ano, pode não ser tão determinante das decisões de estocagem como o argumento supõe, se se restringe a análise à estocagem **pelos agricultores,** que é o foco desta discussão. Para estes, escudados pela maior sustentação de preços e pelas novas condições financeiras — não extensíveis, ambas, ao **mercado** —, a estocagem autofinanciada tornou-se menos arriscada este ano. Assim, a hipótese aqui apresentada admite apenas que o menor risco tenha mais do que compensado a redução do *spread* médio de preços safra-entressafra, o que parece razoável supor.

Considerações finais

De acordo com a análise apresentada neste trabalho, chega-se à conclusão principal de que os problemas que cercaram a comercialização agrícola nos anos oitenta — e que se revelaram com especial intensidade em 1985 — não se deveram, como freqüentemente se supõe, a ter havido **muita** sustentação de preços (preços mínimos **altos**). Ao contrário, a raiz do problema estava na **pouca** ou **nenhuma** sustentação no período, crucial, que separa a colheita de uma safra e o plantio de outra.

Buscou-se, também, chamar a atenção para o revigoramento da sustentação de preços agrícolas implicando a drástica queda da inflação após o **Plano de Estabilização.** Sugeriu-se que, juntamente com a melhoria das condições financeiras dos agricultores, essa maior sustentação de preços deve ter contribuído para uma maior retenção da safra pelos agricultores, já em 1986. A percepção desse fenômeno, e até mesmo seu alcance, podem, entretanto, ter sido obscurecidos pelo robustecimento da interferência governamental nos mercados agrícolas, no afã de evitar que a quebra da safra de 1986 ameaçasse o congelamento de preços.

Cabe, agora, apontar outros resultados, todos altamente benéficos, da maior sustentação de preços decorrente do eventual sucesso da política antiinflacionária do governo federal — entendido, aqui, como a obtenção de baixa inflação, mesmo após o retorno a uma maior liberdade de preços:

a) ganho de graus de liberdade por parte da política econômica, com a redução do conflito entre a política de abastecimento e controle de preços dentro do ano, de um lado, e a política agrícola, de outro. Com efeito, a maior sustentação de pre-



(6) Ver Mauro de Rezende Lopes, **O Impacto de Curto Prazo da Reforma Econômica do Setor Agrícola** (CFP, Brasília, março/86) e **Intervenção Governamental nos Mercados Agrícolas no Brasil**, Agroanalysis, vol. 10, nº 6, junho de 1986.

ços mínimos significará em si mesma, uma menor capacidade de o governo federal influenciar negativamente, como subproduto de sua política de combate à inflação, o nível de preços recebidos pelos agricultores e, portanto, o nível de produção agrícola, um outro objetivo importante do próprio governo;

b) um maior desafogo da pressão de caixa do Tesouro Nacional, em face das possibilidades aumentadas de estocagem financiada pelos próprios agricultores. Uma extensão a outros agentes da estocagem autofinanciada contribuirá também neste sentido; mas isso vai depender de duas medidas de política econômica: 1) eliminação de qualquer subsídio no **EGF** com opção de **AGF**, assegurando-se, assim, um maior preço de oferta, na entressafra, dos estoques formados com **EGF** na safra; e 2) desova dos estoques governamentais — e **internalização** de importações — por preços no mínimo iguais aos que decorrem desse **EGF** não-subsidiado;

c) mudança na composição do **produto agrícola**, a favor dos produtos domésticos: são estes, com efeito, os que mais se vão beneficiar com a maior efetividade da política de preços mínimos. A corrosão, dentro do ano, do valor real dos preços mínimos afetava muito menos os preços domésticos dos produtos exportáveis (se os preços externos não caíssem), graças à indexação cambial; e

d) a própria política de preços mínimos poderá ganhar um desafogo. Na fase anterior, de alta inflação, viu-se que os preços mínimos é que definiam a rentabilidade agrícola, uma vez que os agricultores concentravam suas vendas (inclusive por restrições de **EGF**) na época da safra, a preços no máximo iguais aos mínimos. Isso, naturalmente, levou a pressões para elevar o nível dos preços-base, pois eles passaram a arcar com a missão de garantir lucratividade **normal**, sob pena de se comprometerem as metas desejadas de produção agrícola. A estabilização dos preços mínimos reais, ao viabilizar uma estratégia menos ansiosa de comercialização por parte dos agricultores, deverá permitir a apropriação, por estes, de eventuais ganhos de preço na entressafra — o que, até agora, tem sido privilégio dos intermediários (vide 1983 e 1985). Uma vez que a renda agrícola deixe, assim, de ser determinada pelos preços mais baixos dentro do ano — os da época da safra —, os preços mínimos podem passar a ser fixados tendo por meta, simplesmente, a **redução do risco**.



Finalmente, a análise deste trabalho sugere que o problema mais importante da anterior política de preços mínimos não era a falta de uma estabilidade **plurianual**, mas sim **plurimensal**. Isso serve, de um lado, para relativizar a importância da adoção recente, no **Plano de Metas**, de preços mínimos plurianuais para culturas prioritárias, e, de outro lado, para realçar a necessidade de se colocar em discussão a solução adotada de indexação dos preços mínimos. Isso inclui tanto a escolha do indexador (**Índice de Preços Pagos**), quanto a exclusão dos produtos exportáveis. Este último aspecto, em particular, parece justificar-se à luz deste trabalho, pois se sugerem que as culturas domésticas eram as mais afetadas pela não-indexação dos preços mínimos. Além disso, com toda a certeza, seguirá havendo indexação cambial suficiente para proteger os preços dos produtos **exportáveis** contra a inflação. Entretanto, convém ter em conta que a indexação cambial não protege o setor contra a instabilidade e a crise atual dos mercados internacionais. Contra isso, só existe a proteção do preço mínimo, devidamente indexado.

GERVÁSIO CASTRO DE REZENDE, Economista do IPEA — Instituto de Planejamento Econômico e Social.

PREÇOS DAS TERRAS E SALÁRIOS NO MEIO RURAL

Os Quadros 10 e 11 retratam a evolução dos preços das terras agrícolas e do trabalho rural, no primeiro semestre de 1986, segundo as unidades da Federação, grandes regiões e Brasil.

Nota-se que as cotações das terras registraram acréscimos excepcionais, fato que se deveu à aceleração do crescimento da demanda, após a divulgação do **Plano de Estabilização Econômica**. A extinção da correção monetária fez com que inúmeras aplicações financeiras se desviassem para a aquisição de terras, **excitando** o mercado fundiário, que já se encontrava **aquecido** pelos aumentos reais dos preços do arroz, café e boi gordo, verificados no transcorrer da segunda metade do ano anterior. Os desequilíbrios foram inevitáveis e mais ainda se ampliaram, devido à redução da oferta. A aceleração dos preços das terras repercutiu sobre os dos arrendamentos, embora em proporções menores.

Os salários rurais igualmente elevaram-se além dos índices de inflação, induzidos pelo reajuste do salário mínimo urbano, pelos movimentos reivindicatórios dos **bóias-frias** e, também, pelo impacto positivo provocado pela expansão das oportunidades de emprego no mercado de trabalho urbano, principalmente nas atividades industriais.

Na média nacional, entre dezembro de 1985 e junho de 1986, os aluguéis de terras foram reajustados em 65% nas lavouras, 85% nas explorações animais e 76% na estada ou engorda de animais. Nas vendas de terras, as para lavouras ficaram 121% mais caras, as de campos, 132% e as para pastagens, 131%. O salário médio rural evoluiu entre 45% (empregados mensalistas) e 68% (administradores). A diária cresceu 64%.

Em igual intervalo de tempo, os preços recebidos pelos agricultores ascenderam 46% e o **IGP-DI**, 43%. O salário mínimo urbano, por sua vez, foi reajustado em 34% (março/86) sobre os valores vigentes no mês de novembro de 1985.

A variação percentual dos preços dos arrendamentos, segundo os estados, revelou enormes contrastes, em razão da maior ou menor disponibilidade de terras para alugar (em quanti-

QUADRO 10 – BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS SALÁRIOS RURAIS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1986

GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	MÃO-DE-OBRA				
	Administrador	Capataz	Tratorista	Mensalista	Diarista
Região Norte	57,6	52,3	55,2	44,7	63,9
Rondônia	51,6	54,5	72,5	87,3	76,2
Acre	...	...	...	...	...
Amazonas	49,4	57,0	68,4	46,6	26,1
Roraima	56,1	48,0	51,8	57,1	70,4
Pará	52,1	50,4	51,6	39,7	67,2
Amapá	...	...	...	...	...
Região Nordeste	78,4	69,7	60,8	48,0	60,2
Maranhão	58,3	53,8	49,2	61,1	50,3
Piauí	94,9	93,8	77,5	61,6	52,3
Ceará	86,4	81,5	76,1	71,3	68,3
Rio Grande do Norte	92,6	63,6	93,2	55,8	59,9
Paraíba	93,5	102,1	77,0	90,2	87,1
Pernambuco	91,4	89,4	53,1	40,3	54,7
Alagoas	85,9	68,7	53,7	42,5	68,6
Sergipe	90,7	87,6	93,2	60,6	87,0
Bahia	71,4	58,8	60,2	42,3	51,5
Região Sudeste	68,2	57,3	51,6	45,2	65,8
Minas Gerais	72,6	56,8	61,3	47,9	65,5
Espírito Santo	91,5	81,1	76,9	53,3	72,2
Rio de Janeiro	62,0	53,7	63,5	40,2	64,2
São Paulo	62,8	54,7	48,3	43,9	65,8
Região Sul	52,7	58,3	39,6	37,1	55,6
Paraná	58,2	62,2	44,9	37,1	56,9
Santa Catarina	47,6	62,0	55,5	49,1	76,7
Rio Grande do Sul	49,6	53,7	36,3	33,8	40,0
Região Centro-Oeste	83,2	66,8	88,0	57,5	86,6
Mato Grosso do Sul	82,0	63,0	78,1	48,2	61,5
Mato Grosso	73,8	76,8	80,3	53,0	68,9
Goiás	87,3	65,7	92,3	64,1	97,6
Distrito Federal	...	...	...	...	...
BRASIL	68,4	62,3	52,0	45,1	63,7

FONTE – FGV/IBRE/CEA.

QUADRO 11 – BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS PREÇOS MÉDIOS DE ARRENDAMENTOS E VENDAS DE TERRAS AGRÍCOLAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1986

GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ARRENDAMENTO DE TERRA			VENDA DE TERRA			
	Lavoura	Exploração animal	Engorda ou estada de animal	Lavoura	Campo	Pastagem	Mata
Região Norte	117,5	211,7	20,1	120,1	184,5	104,1	198,7
Rondônia	...	180,5	59,3	136,0	174,1	94,4	182,9
Acre	...	...	8,3	...	...	...	...
Amazonas	...	...	...	81,8	...	123,6	129,2
Roraima	29,6	...	40,8	114,2	290,0	143,2	...
Pará	162,9	...	79,4	143,7	142,0	93,2	204,9
Amapá	...	...	...	...	...	...	...
Região Nordeste	54,9	60,1	65,5	168,4	156,6	149,1	129,5
Maranhão	34,6	34,6	119,5	127,7	126,9	137,7	97,7
Piauí	46,3	75,5	148,2	170,5	226,4	179,3	109,2
Ceará	90,8	65,2	50,7	142,2	117,2	151,1	130,7
Rio Grande do Norte	122,6	98,3	103,3	148,6	226,0	188,6	175,5
Paraíba	127,9	126,0	75,5	137,8	142,5	137,1	59,3
Pernambuco	34,9	45,1	61,8	159,4	148,2	173,4	123,1
Alagoas	94,3	35,7	30,4	200,6	150,8	168,9	131,8
Sergipe	41,0	29,1	63,7	165,9	193,1	158,8	177,2
Bahia	85,9	37,5	64,5	192,5	156,7	140,6	133,2
Região Sudeste	113,8	90,5	75,0	149,9	152,3	152,4	145,4
Minas Gerais	72,5	89,2	73,7	158,2	169,2	155,8	149,5
Espírito Santo	109,3	109,8	76,9	202,7	194,5	196,2	212,6
Rio de Janeiro	56,8	64,6	52,3	186,0	189,6	197,8	166,9
São Paulo	129,5	97,9	86,2	136,5	125,7	137,6	132,2
Região Sul	63,8	94,6	83,1	91,2	194,8	88,6	131,9
Paraná	62,2	69,0	91,6	92,4	116,8	106,9	88,7
Santa Catarina	60,6	63,9	80,5	152,0	120,7	173,3	154,6
Rio Grande do Sul	72,1	129,4	82,7	76,6	...	65,0	...
Região Centro-Oeste	52,6	91,2	89,2	141,1	134,3	126,3	154,2
Mato Grosso do Sul	54,5	59,6	57,5	93,3	105,8	101,3	143,6
Mato Grosso	48,2	60,4	88,2	129,4	134,6	98,9	102,0
Goiás	55,5	113,6	102,2	167,2	177,4	166,3	216,1
Distrito Federal	...	...	...	...	...	...	...
BRASIL	64,8	84,8	76,5	121,3	132,1	131,2	119,0

FONTE – FGV/IBRE/CEA.



dade e/ou qualidade) e das diferenças estruturais de cada localidade (estrutura produtiva e fundiária), além das diferenças do calendário agrícola. Destacaram-se os aumentos registrados no Rio Grande do Norte, Paraíba, Espírito Santo e São Paulo.

Quanto aos preços das terras, as valorizações se verificaram em todo o território nacional, de maneira explosiva, de modo que, certamente, ampliar-se-ão as dificuldades de avaliação das áreas a serem desapropriadas para a realização da **Reforma Agrária**[1].

Quanto aos salários rurais, os maiores reajustes percentuais pertenceram à mão-de-obra do Centro-Oeste e Nordeste. De qualquer forma, o nível da remuneração, especialmente nesta última região, continua muito aquém daquilo que se supõe como necessário para manter satisfatórias as condições de vida do trabalhador.

(1) **O critério de avaliação das áreas a serem desapropriadas estabelece a negociação e o entendimento como primeiros instrumentos a serem tentados.**

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

ARROZ

O **Comunicado Derur nº 1.013,** de 28/10/86, do **Bacen,** esclarece que as parcelas de **EGV/COV** de arroz da safra 1985/86, vencidas ou vincendas entre 16/10/86 e 31/10/86, podem ser prorrogadas por até sessenta dias a contar do vencimento.

O **Comunicado Derur nº 1.014,** da mesma data, informa que foi autorizada a transformação de **EGF/SOV** em **EGF/COV,** e esclarece que nesses casos as taxas de juros deverão ser as estabelecidas para o **EGF,** mesmo quando se trate de operações contratadas com recursos próprios livres **(D.O.U., 30/10/86).**

ÁLCOOL

Os **Atos nºs 51/86** e **52/86,** de 20/10/86, do **IAA,** modificam e redistribuem, por tipo e destinação, (ver Quadro 12) a produção de álcool a ser realizada pelas destilarias da região Norte-Nordeste na safra 1986/87 e pelo estado de São Paulo **(D.O.U., 21/10/86).**

INSUMOS

A **Portaria nº 415,** de 22/10/86, do **Ministério da Agricultura,** torna obrigatória a publicação, na **Imprensa Oficial da União** ou dos estados, dos atos administrativos, com efeitos externos, relativos a atividades de inspeção, fiscalização e controle dos diversos insumos agropecuários da área de competência do próprio **Ministério.** A medida visa a tornar mais **transparente** a atividade administrativa, tendo em consideração a relevância da qualidade dos insumos agropecuários para o crescimento da produtividade agrícola **(D.O.U., 24/10/86).**

QUADRO 12 – NORTE-NORDESTE E ESTADO DE SÃO PAULO – PRODUÇÃO REAJUSTADA DE ÁLCOOL – SAFRA 1986/87 (m^3)

ESTADO/REGIÃO	TOTAL	ANIDRO	HIDRATADO
Rondônia	3.700	–	3.700
Pará	18.700	–	18.700
Maranhão	32.800	17.000	16.800
Piauí	18.000	–	18.000
Ceará	23.200	–	23.200
Rio Grande do Norte	146.300	42.000	104.300
Paraíba	349.000	48.100	300.900
Pernambuco	613.350	156.700	456.650
Alagoas	877.500	168.200	709.300
Sergipe	57.750	–	57.750
Bahia	47.250	–	47.250
Norte-Nordeste	2.187.550	432.000	1.755.550
São Paulo	6.490.587	1.356.782	5.133.805

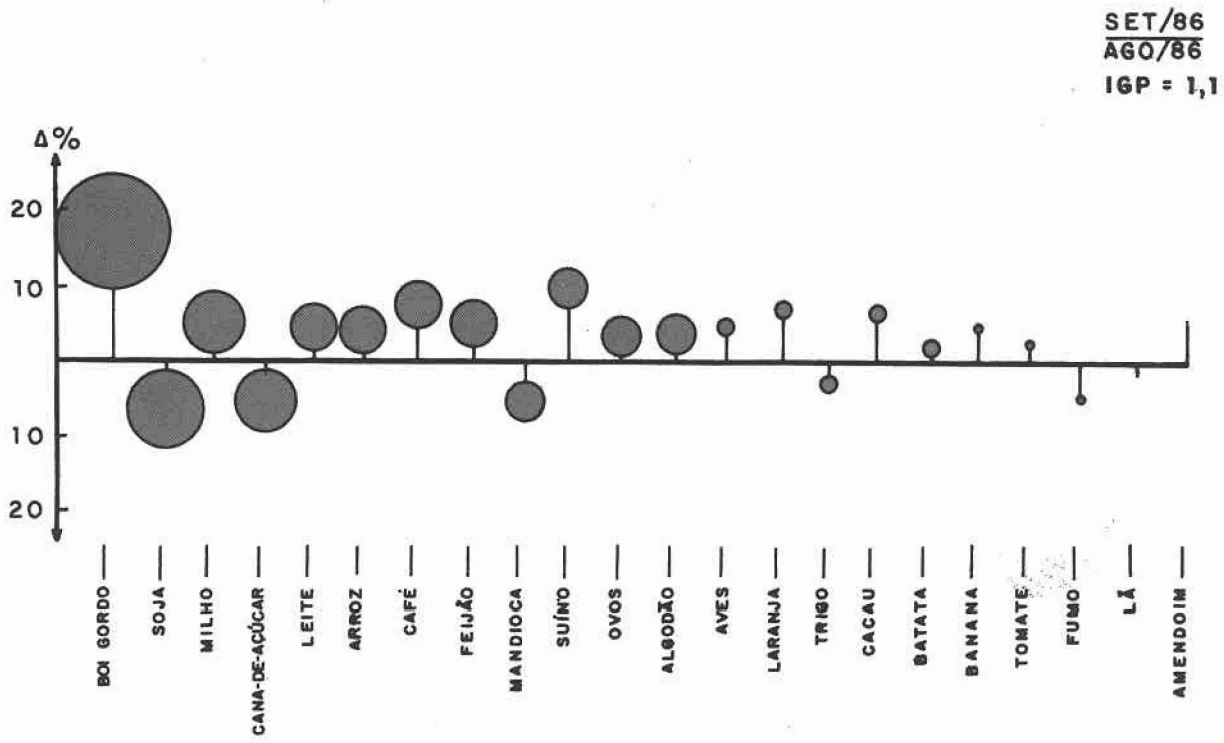
FONTE – IAA.

PLANO DE METAS

A **Portaria nº 416,** de 23/10/86, do **Ministério da Agricultura,** institui o **Comitê Nacional de Supervisão da Política Agrícola Inserida no Plano de Metas 1986-1989.** O **Comitê,** colocado no âmbito do **Ministério,** terá como finalidade congregar produtores rurais e empresas que guardem relação direta com a execução do **Plano,** a fim de "assegurar as articulações necessárias ao bom desempenho da produção, comercialização, distribuição e consumo de alimentos, estrategicamente enfatizados como básicos no referido ato governamental". O **Comitê Nacional** será composto por representantes do **Ministério da Agricultura,** da **Confederação Nacional da Agricultura,** da **Organização das Cooperativas do Brasil,** da **Confederação dos Trabalhadores na Agricultura,** da **Associação Brasileira de Milho e Sorgo,** da **Associação Brasileira de Difusão de Adubos,** da **Associação Brasileira de Defensivos,** da **Associação Brasileira de Mandioca,** da **Associação Brasileira de Produtores de Sementes** e da **Associação Nacional de Veículos Automotores.** Serão também criados **Subcomitês** nos níveis estadual e municipal **(D.O.U., 28/10/86).**

IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool
D.O.U. – Diário Oficial da União
Bacen – Banco Central do Brasil
EGF/COV – Empréstimo do Governo Federal com Opção de Venda
EGF/SOV – idem, sem Opção de Venda

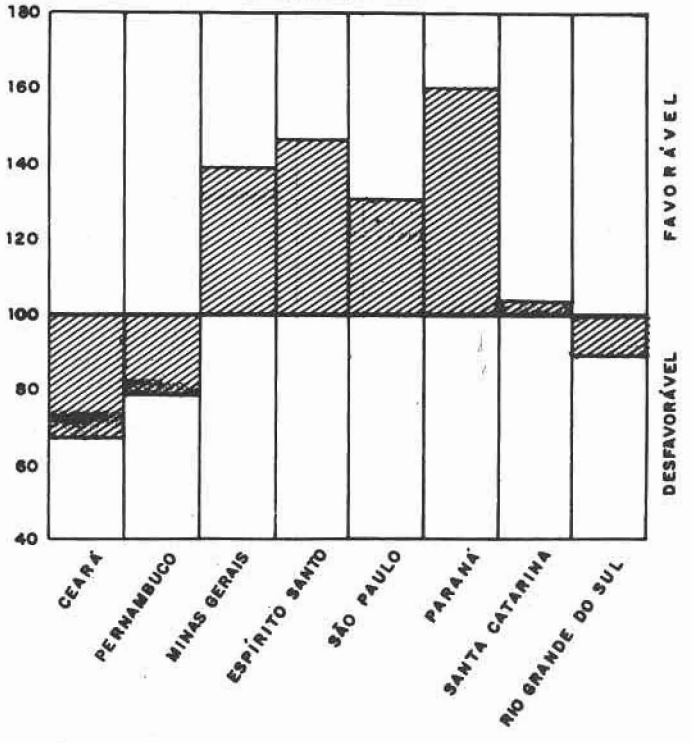
PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado, está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, referente a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

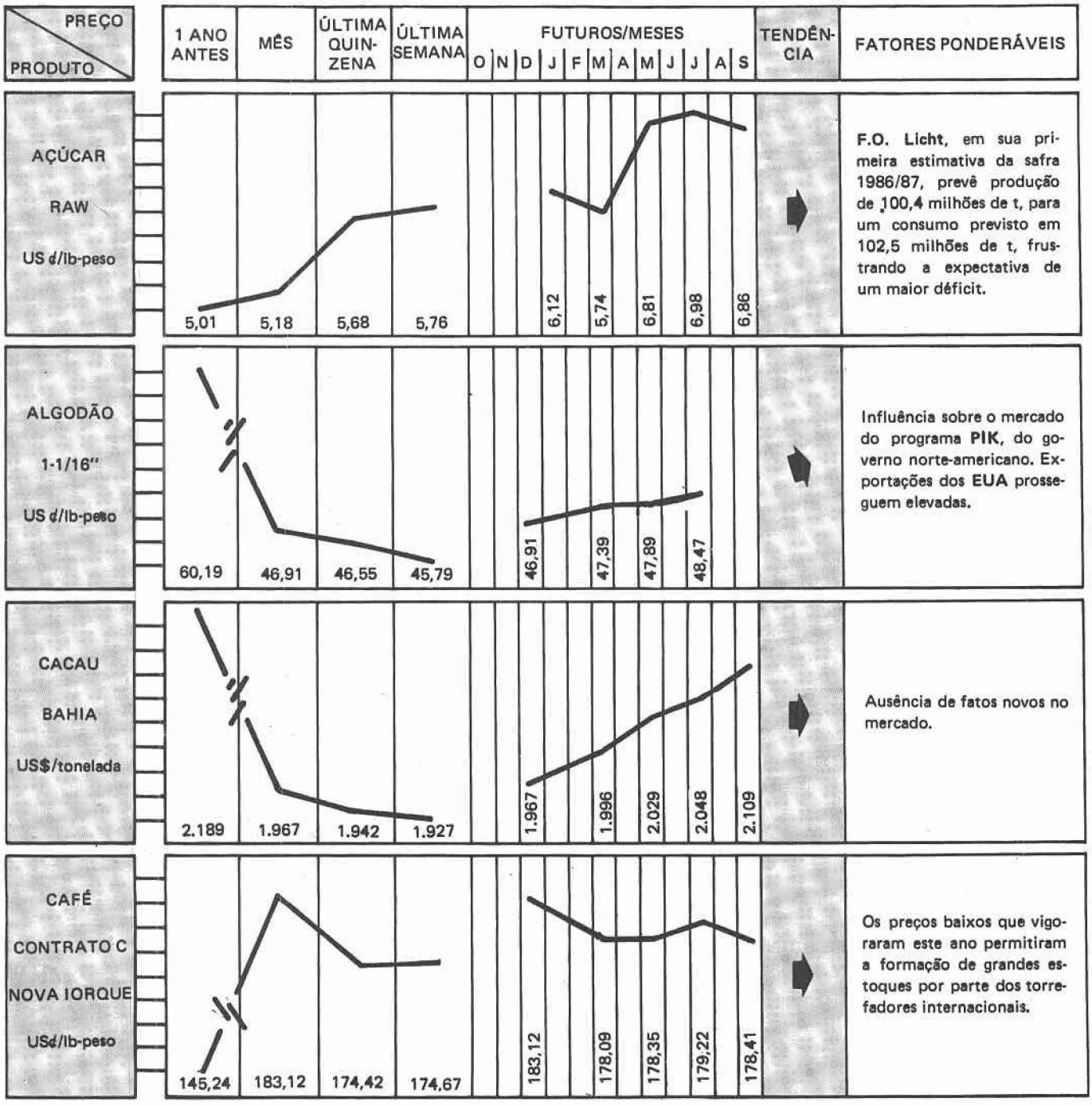
RELAÇÃO DE TROCAS (ÍNDICES DE PREÇOS RECEBIDOS/ ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS – 1970 = 100) EM ESTADOS SELECIONADOS SETEMBRO/1986



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de outubro).
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de outubro*
3 – Preço médio na última quinzena de outubro*
4 – Preço médio na última semana de outubro*
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

*futuro – primeira entrega



FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	227,79	169,56	172,60	174,05			169,56			179,39		185,09		187,34	187,38			O ano-safra 1986/87 deverá terminar com estoque final 34% maior do que o precedente, embora a produção esteja prevista 6% menor.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	504,85	481,77	489,46	494,45			481,77		489,57		474,45		480,53	505,56	482,27	476,79		Fortalecimento dos preços do óleo, a curto prazo, pode gerar alguma firmeza nas cotações do grão.
SOJA FARELO US$/tonelada	141,32	148,79	148,87	148,99			148,79		149,62		150,67		151,58	152,30	152,89	151,93		A revista alemã **OIL WORLD** prognostica um pequeno crescimento da demanda, em relação ao último ano comercial. A desvalorização do dólar norte-americano frente às moedas européias pode funcionar como fator positivo.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	308,68	279,32	287,94	288,43			279,32			268,82		253,29		242,06				Disputa entre os principais países produtores para expandirem suas vendas à URSS. Boa evolução das exportações norte-americanas que, no ano comercial 1986/87, são 18% maiores do que no ano anterior.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Chicago.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de outubro de 1985, corrigido pelo IGP, para outubro de 1986
2 – *Preço médio no mês de outubro*
3 – Preço médio na última quinzena de outubro
4 – Preço médio na última semana de outubro
5 – Tendência do mercado
6 – *Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias*

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cz$ /15 kg 1º futuro	345,35	298,43	301,47	305,00	↓	Os danos provocados pelo bicudo no Nordeste acarretarão maior procura pela safra do Centro-Sul, cuja área de plantio, aliás, talvez não se retraia tanto quanto se esperava inicialmente.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cz$ /sc. 60 kg	366,33	290,00	290,00	290,00	→	Mercado bem abastecido. Há bastante arroz importado nos maiores centros.
CAFÉ Tipo 6 Cz$ /sc. 60 kg	2.307,72	2.898,70	2.768,60	2.887,80	↓	Dificuldades nas exportações de café, devido a preços não competitivos, enfraquecem a demanda interna.
BOI GORDO Cz$ /arroba	360,81	280,00	280,00	280,00	↓	Dificuldades na normalização do abate aos preços estipulados no último acordo. Com a entrada da safra, a oferta tende a se regularizar, embora em níveis mais baixos do que nos anos anteriores.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP – DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cz$ /sc. 60 kg	527,39	470,00	470,00	470,00	➡	Início da colheita da safra das águas, com melhores preços para o produto novo de boa qualidade.
FRANGO Vivo Cz$ /kg	8,96	7,72	10,96	12,75	↗	Demanda permanece aquecida, devido à continuidade das deficiências no abastecimento de carne bovina.
MILHO Amarelo Semiduro Cz$ /60 kg	108,75	97,48	98,67	101,00	↗	A entressafra e a demanda elevada são amortecidas, em parte, pela oferta do produto importado pelo governo federal.
SOJA - GRÃO Industrial Cz$ /60 kg	184,39	145,57	146,80	147,50	↗	Os preços estão inalterados no exterior e há escassa quantidade do produto para ser comercializado no mercado interno.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

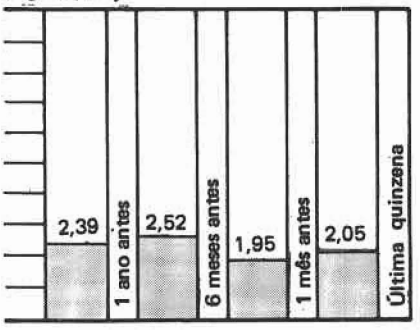
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

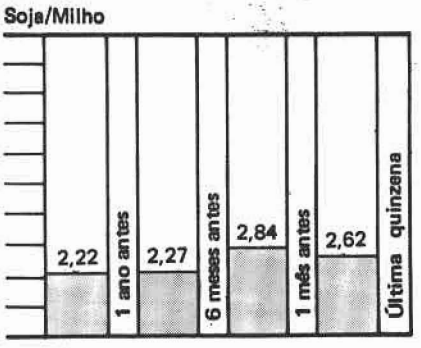
O mercado da soja está em baixa, o que explica o aumento ocorrido no preço relativo **algodão/soja** da última quinzena, em comparação com a média do mês. No período, o preço do algodão se manteve estável. À notícia de que a produção norte-americana da fibra no presente ano-safra será 25% menor do que a do ano precedente, aliam-se informações de que as vendas dos **EUA** ao exterior, no final de outubro, encontravam-se em patamar 100% superior ao de um ano antes (embora isto tenha representado uma queda nas exportações de algodão daquele país que, recentemente, superavam as de 1985 em 200%).

Algodão/Soja



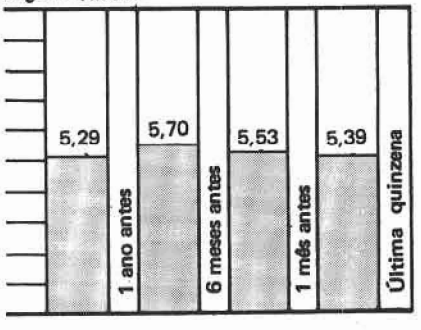
Com o preço relativo **soja/milho** da quinzena inferior ao da média do mês, evidenciou-se a influência da queda de 6% do preço da soja no período, fruto da avaliação do **USDA** de que os estoques da presente safra atingirão 600 milhões de **bushels** (14% a mais do que em 1985/86). Observe-se que, no período de um ano, houve variação maior por parte da soja.

Soja/Milho



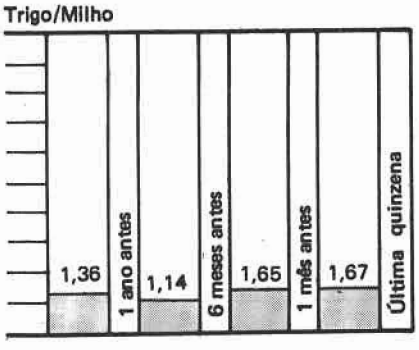
O mercado do milho ainda está influenciado pelo último balanço de oferta/demanda do **USDA**, no qual se apontou colheita 7% menor do que as 225 milhões de t de 1985/86, e a tendência à formação de um estoque final, em 1986/87, de 140 milhões de t (3% a mais do que a previsão anterior). Concomitantemente, as exportações norte-americanas do grão vêm-se firmando, devendo o país vender quase 30% a mais do que no período antecedente.

Algodão/Milho



A avaliação realizada pelo **USDA** para a safra de trigo dos **EUA** foi inferior à estimativa precedente. Simultaneamente, elevaram-se fortemente os números referentes às vendas ao exterior, em comparação com o avaliado um mês antes. A cotação do cereal, na quinzena, respondeu aumentando 3% frente à média do mês.

Trigo/Milho

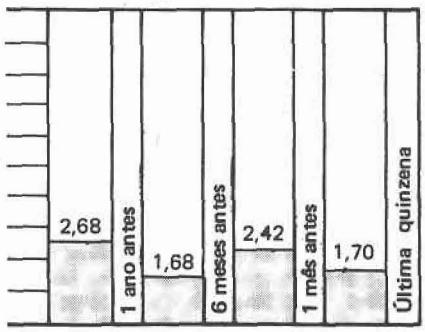


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

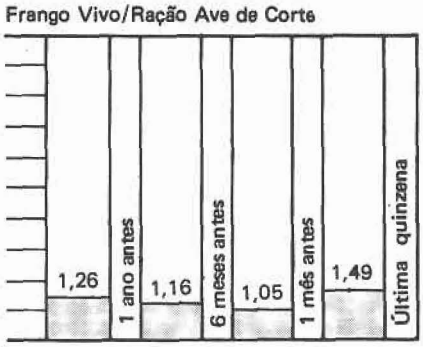
A crise no abastecimento da carne bovina refletiu no aumento das cotações do frango vivo, face à maior procura por este produto. Como o preço da arroba do boi mantém-se tabelado em Cz$ 280,00, vem caindo o preço relativo **boi gordo/ frango vivo.**

Boi Gordo/Frango Vivo



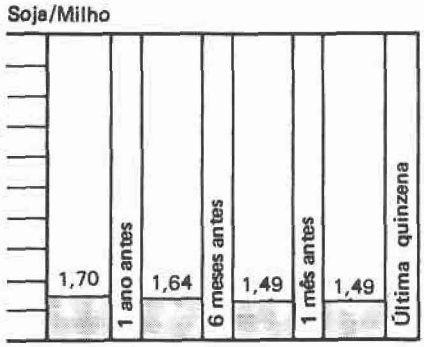
Assinala-se a ocorrência de aumento da lucratividade dos avicultores ao longo da última quinzena, comparativamente à média do mês, de acordo com o preço relativo **frango vivo/ração.** No entanto, a estabilidade observada nos preços da ração não se verifica, em verdade, pois os criadores têm reclamado que não conseguem adquiri-la sem a cobrança de ágio. Assim, o fato de este indicador ser mais elevado do que um ano antes não espelha uma situação real de incentivo a essa atividade.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



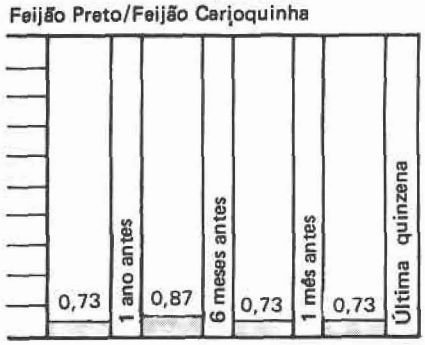
Tanto o preço da soja como o do milho na última quinzena foram idênticos aos da média do mês. A situação de abastecimento regular de ambos explica essa tendência.

Soja/Milho



Apesar do ingresso iminente do produto recém-colhido no mercado, o preço relativo não se alterou. Nesta safra, o feijão preto perdeu posição em relação aos feijões de cores. O abastecimento daquela variedade vem sendo feito com o recurso a importações.

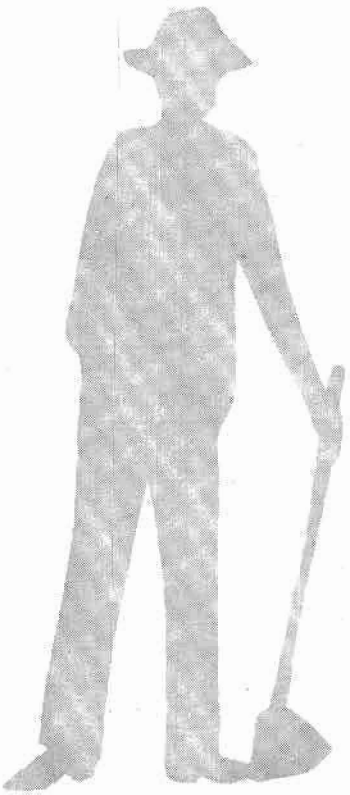
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento.** Seus resultados, segundo dispositivo legal (**Decreto 68.678/71**), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 13 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1986, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE OUTUBRO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	39.193	824.480
Algodão	3.167.250	2.315.608
Algodão arbóreo (em caroço)	1.168.043	127.873
Algodão herbáceo (em caroço)	1.999.207	2.187.735
Alho	14.690	60.920
Amendoim (em casca)	160.985	216.261
Amendoim (1ª safra)	111.883	155.720
Amendoim (2ª safra)	49.102	60.541
Arroz (em casca)	5.590.572	10.404.289
Aveia (em grão)	128.011	130.417
Banana	434.583	495.075
Batata-inglesa	158.760	1.793.282
Batata-inglesa (1ª safra)	94.467	915.798
Batata-inglesa (2ª safra)	64.293	877.484
Cacau (em amêndoa)	658.250	459.224
Café (em coco)	2.259.046	2.007.200
Cana-de-açúcar	4.086.246	252.111.772
Cebola	63.403	635.288
Centeio (em grão)	5.497	5.518
Cevada (em grão)	100.702	148.177
Coco-da-baía	173.938	593.938[2]
Feijão (em grão)	5.473.992	2.128.279
Feijão (1ª safra)	2.868.855	1.007.205
Feijão (2ª safra)	2.605.137	1.121.074
Fumo (em folha)	278.588	389.672
Guaraná (semente)	9.614	1.419
Juta (fibra)	28.737	27.857
Laranja	715.191	61.118.216[2]
Malva (fibra)	37.585	34.804
Mamona	458.799	312.517
Mandioca	2.066.688	25.799.578
Milho (em grão)	12.462.866	20.542.932
Pimenta-do-reino	20.221	44.342
Rami	5.530	7.000
Sisal (fibra)	331.111	255.063
Soja (em grão)	9.177.114	13.321.233
Sorgo (em grão)	199.468	372.901
Tomate	51.630	1.843.016
Trigo	3.873.403	5.154.549
Uva	58.613	588.566

FONTE – IBGE.

[1] Dados preliminares sujeitos a retificações;

[2] mil cachos;

[3] mil frutos.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Marcos Pereira Vianna.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S.A..

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mário Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Salomão Lipcovitch Quadros da Silva

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais: Maria Alice de Gusmão Veloso
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Angelo Jorge de Souza (respondendo)

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza

FGV/EAESP

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
RIO DE JANEIRO - RJ
BRASIL